



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA



O ENCANTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA



EDNALDO FERREIRA TÔRRES

CAMPINA GRANDE - PB
OUTUBRO DE 2005

EDNALDO FERREIRA TÔRRES

O ENCANTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora:
Profa. Dra. Ghislaine Duque

Campina Grande - PB
Outubro de 2005

SISTEMOTECA - UFCG

DIGITALIZAÇÃO:

BIBLIOTECA CENTRAL DA FASETE

T643e TÔRRES, Ednaldo Ferreira.

O encantamento da reforma agrária/ Ednaldo Ferreira
Tôrres. Campina Grande – PB: 2005.

107 f.

Orientador: Ghislaine Duque

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Campina Grande/ Universidade Federal da Paraíba, 2005.

Referências bibliográficas: f. 83-85

1. Desenvolvimento rural 2. Reforma agrária
3. Lógica Camponesa I. Título

CDD – 333

TERMO DE APROVAÇÃO

EDNALDO FERREIRA TÔRRES

O ENCANTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

Aprovada em: 26 de outubro de 2005

Profa. Dra. Ghislaine Duque
Orientadora
Universidade Federal de Campina Grande

Profa. Dra. Emília de Rodat Moreira
Examinadora externa
Universidade Federal da Paraíba

Profa. Dra. Ramonildes Gomes
Examinadora interna
Universidade Federal de Campina Grande

CAMPINA GRANDE - PB
OUTUBRO DE 2005

DEDICATÓRIA

À minha mãe Verônica e aos
meus irmãos Marcelo, Cristiano e Daniel

AGRADECIMENTOS

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande e da Universidade Federal da Paraíba, os quais foram imprescindíveis para minha formação intelectual;

A minha terna orientadora, profa. Dra. Ghislaine Duque, pela sua atenção e dedicação na orientação desta dissertação;

Aos meus amigos Ramos, Tonneau, Paulo Diniz e Pablo por acreditarem no meu potencial;

A Joãozinho, Rinaldo e Zezinho pela atenção nos anos em que cursei o mestrado;

Aos amigos e amigas do Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar, pelo apoio e orientação ;

Aos corajosos camponeses do assentamento Novo Mundo e aos alunos da UNICAMPO, pela paciência e atenção a minha pesquisa, em especial, a Flávio, Nininha e Aline que me acolheram no assentamento;

A CAPES e ao CIRAD pelo apoio financeiro para a realização deste trabalho;

A Bruna pelo companheirismo nos momentos difíceis; e,

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

O Encantamento da Lagarta

“Para vir à lagarta, primeiro passa a borboleta e pulveriza a folhagem, solta seus ovos. Daí, germina a lêmdea que produz a lagarta.

A lagarta devora a planta e quando a folhagem vai desaparecendo, a comida vai acabando ela trata de se envultar, o que chamamos de encantamento da lagarta.

Ela forma um casulo, se cobre com a própria folha e vira o adivinhão! E do advinha passa novamente a borboleta.

O que é mais importante nessa história é que todo mundo sonhe com um só objetivo: com o dia de sair desse encantamento e tornar o assentamento uma coisa melhor”.

Manuel Juvenal da Silva
Assentamento Novo Mundo

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO I: PENSANDO O OBJETO DE ESTUDO E AS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS	11
1.1 O interesse pela questão agrária	11
1.2 A problemática de pesquisa	14
1.3 Implicações metodológicas	16
CAPÍTULO II: DESENVOLVIMENTO RURAL: DO MODELO EXCLUDENTE AO PROJETO DE VIDA CAMPONÊS	21
2.1 Desenvolvimento rural e o modelo dominante	21
2.2 O projeto camponês	28
2.3 Novos horizontes e velhos impasses	31
2.4 O papel do INCRA no desenvolvimento dos assentamentos	34
2.5 As dificuldades nos assentamentos	38
CAPÍTULO III – NOVO MUNDO: DA LUTA PARA O ENCANTAMENTO À VIDA NO ASSENTAMENTO	43
3.1 O município de Camalaú	43
3.2 A fazenda Floresta	46
3.3 A luta pela realização do encantamento	48
3.4 Pensando o desenvolvimento	54

CAPÍTULO IV – DO ENCANTAMENTO À VIDA DE ASSENTADO	62
4.1 Caracterização das famílias	62
4.2 Experiências passadas e futuro caminham juntos	69
4.3 Os limites do encantamento	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
APÊNDICE	86
Apêndice A Roteiro de Entrevista	
Apêndice B Síntese das Entrevistas realizadas com as Famílias	

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o papel do “encantamento” da reforma agrária no processo de desenvolvimento e na vida dos camponeses assentados. A pesquisa foi realizada no assentamento Novo Mundo, Camalaú-PB, na microrregião do Cariri paraibano. Para coleta de dados foram realizadas: (i) uma análise de 07 entrevistas feitas pelos alunos da Universidade Camponesa; (ii) 03 entrevistas abertas - com um dos líderes do assentamento, com um pesquisador local e com o ex-gerente e irmão do ex-proprietário da fazenda expropriada; (iii) entrevistas com 14 chefes de família assentadas, a partir de um roteiro de entrevista semi-estruturado; (iv); e ainda, participamos de diversos eventos que abordaram o tema de estudo. Entre os resultados apontados no trabalho quatro merecem destaque: primeiro, a lógica camponesa continua a alimentar o sonho dos assentados para o futuro; segundo, a dependência de uma renda externa demonstra que o “encantamento” se realizou apenas parcialmente; terceiro, a maioria dos filhos que passaram pela experiência de vida urbana não compartilham do sonho camponês e pensam em voltar a morar na cidade; e, por último, a imposição de um modelo de desenvolvimento Rural contrário à lógica dos camponeses conduziu a impasses, como o bloqueio do processo de liberação dos créditos para o assentamento. Esse panorama nos faz concluir que a opção por um modelo de desenvolvimento deve se basear na lógica de vida e trabalho dos camponeses.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Rural; Lógica Camponesa; Reforma Agrária

RÉSUMÉ

L'objectif de cette étude est d'analyser le rôle de l'«enchantement» pour la réforme agraire dans le processus de développement et dans la vie des paysans «assentados» (bénéficiaires de la réforme agraire). La recherche a été réalisée dans le périmètre de reforma agraire «Novo Mundo», municípe de Camalaú, micro-région du Cariri de la Paraíba. Les données ont été collectées de la façon suivante: (i) 07 entrevues réalisées par les étudiants de l'Université Paysanne ont été analysées ; (ii) 03 entrevues ouvertes ont été réalisées auprès d'un des leaders du périmètre, auprès d'un enquêteur de la région et auprès de l'ancien gérant de la fazenda expropriée; qui est aussi le frère de l'ancien propriétaire ; (iii) 14 entrevues ont été réalisées auprès de chefs de familles réinstallées, à partir d'un guide d'entretien semi-structuré; (iv) nous avons encore participé de différentes rencontres abordant le thème étudié. Parmi les résultats indiqués par le travail, quatre questions méritent d'être relevées : en premier lieu, la logique paysanne continue à alimenter le rêve des «assentados» pour l'avenir ; en second lieu, la dépendance d'un revenu extérieur démontre que l'enchantement ne s'est réalisé que partiellement ; troisièmement, la majorité des jeunes qui sont passés par une expérience de vie urbaine ne partagent pas le rêve paysan et pensent à retourner vivre en ville; enfin, l'imposition d'un modèle de développement rural contraire á la logique paysanne a conduit à des impasses, comme le blocage du processus de libération des crédits pour le périmètre. Ce panorama nous amène à conclure que l'option pour un modèle de développement doit se baser sur la logique de vie et de travail des paysans.

Mots-Clés: Développement Rural; Logique Paysanne; Reforma Agraire

A P R E S E N T A Ç Ã O

Neste trabalho são apresentados os resultados do estudo intitulado “*O encantamento da Reforma Agrária*”, no qual é analisado o papel desse “encantamento” para o desenvolvimento e a vida dos camponeses do assentamento Novo Mundo, no Cariri paraibano.

O resultado desse processo é desenvolvido aqui em cinco partes, além dessa apresentação sucinta. Na primeira explica-se o interesse pelo estudo, a problemática e a metodologia seguida; a segunda parte é dedicada à discussão do nosso referencial teórico, na qual fazemos uma reflexão sobre o desenvolvimento rural, enfocando a relação entre a lógica camponesa e os avanços e limites dos modelos (oficial e alternativo) pensados e adotados no Brasil; na terceira faz-se um resgate da história da área do assentamento, do processo de luta e das primeiras ações desenvolvidas no assentamento; na quarta parte analisa-se o significado do “encantamento” pela reforma agrária na vida dos camponeses assentados; e, por fim, na quinta parte são apresentados os ensinamentos do “encantamento” pela reforma agrária e do processo de desenvolvimento no assentamento “Novo Mundo”.

PENSANDO O OBJETO DE ESTUDO E AS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

Este capítulo tem como objetivo oferecer elementos para a compreensão da nossa problemática de estudo, do objeto de pesquisa e da metodologia utilizada, isto a partir de uma descrição dos erros, acertos e posicionamentos que tomamos para a construção deste trabalho. Nesse sentido, o capítulo está dividido em três partes: na primeira, descrevemos como surgiu o interesse pela questão agrária; na segunda, defendemos a escolha da problemática de pesquisa; e, na terceira parte, discutimos as implicações metodológicas que o estudo impôs à realização do trabalho.

1.1 O interesse pela questão agrária

O interesse pela questão agrária e camponesa surgiu na Graduação em Ciências Sociais a partir das discussões no Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar (GPAF) e se enraizou com a participação na pesquisa *“Sindicalismo e assentamento rural: o papel da ação coletiva diante dos limites das políticas públicas”*, na qual fui bolsista do PIBIC/CNPq/UFCG.

Essa pesquisa foi realizada nos assentamentos paraibanos Imbiras I e II, Caiana, Sapé e Engenho Geraldo, com o objetivo de analisar a relação entre o processo de desenvolvimento dos assentamentos e a atuação dos mediadores institucionais - STR, INCRA, CPT, Universidade e Associação dos Assentados.

Já no mestrado, continuei a pesquisar apenas no assentamento Engenho Geraldo - na região do Brejo Paraibano, município de Alagoa Nova – com a ambição de entender o processo de desenvolvimento da agricultura camponesa dentro do assentamento, pesquisa que resultou no trabalho de “Qualificação de Mestrado”.

Após o exame de qualificação, iniciou-se um exercício de releitura do marco teórico e dos dados coletados até o momento. Esse processo levantou novas questões, apontou algumas falhas da pesquisa e dificuldades na análise da realidade. Entre os problemas enfrentados para a análise do tema nesse assentamento, é possível destacar três que foram determinantes para a mudança de campo de pesquisa:

- (i) Os assentados que participaram do processo de criação do assentamento, desde o início, não lembram com clareza de suas dificuldades, especialmente quanto ao processo de desenvolvimento do assentamento e de seus embates eventuais com o INCRA.
- (ii) Além do mais, os estudos disponíveis sobre essa história não são esclarecedores, limitando-se a uma caracterização da propriedade e a um relato do processo de luta pela terra;
- (iii) E finalmente, no INCRA, os documentos relativos às ações desenvolvidas e à emancipação do assentamento não foram encontrados, mesmo depois de cinco visitas à Superintendência do INCRA (SR/18), em João Pessoa, e de três ligações

para a Superintendência em Recife/PE.

O novo campo de pesquisa selecionada foi o do assentamento “Novo Mundo”. Esse assentamento possui uma área total de 2.081,5 hectares, com 72 famílias assentadas e está localizado no município de Camalaú/PB, na região do Cariri paraibano¹.

Os elementos que fundamentaram essa escolha foram: *i)* a existência de informações (ricas em detalhes) coletadas pelos alunos da Universidade Camponesa² (UNICAMPO), através de entrevistas com roteiro semi-estruturado, que nos deram uma noção da realidade no assentamento e possibilitaram uma economia de tempo para a nossa pesquisa; *ii)* a chance de entrar no assentamento apresentado e acolhido pelas lideranças da comunidade que participam da Universidade Camponesa; *iii)* a experiência de uma associação que parecia funcionar de forma democrática, em particular com processo de sucessão de cargos de responsabilidade; e *iv)* a existência no assentamento de condições materiais que nos pareciam favoráveis ao desenvolvimento: três açudes com capacidade de 6.000.000 m³, quatro barreiros, casa de forragem, galpão de armazenagem de silos, a casa sede - recentemente reformada pelo Projeto Dom Helder Câmara e que, hoje, serve de casa de acolhida para encontros e eventualmente turismo rural - e 124,3 hectares de algaroba plantados.

¹ O Cariri paraibano é uma região que apresenta três elementos fundamentais limitando o desenvolvimento: *(i)* concentração de terras e persistência de relações clientelistas; *(ii)* debilidade das atividades econômicas gerando poucas ocupações e renda; e, *(iii)* intensa degradação dos recursos naturais.

² A UniCampo é um Programa de Educação Aberta da UFCG, seguindo os preceitos da Universidade Camponesa e com o objetivo de construir um processo pedagógico destinado a oferecer informação, formação e capacitação aos atores sociais envolvidos na agricultura familiar brasileira.

1.2 A problemática de pesquisa

A pesquisa de campo nos revelou uma realidade marcante: a questão do “*encantamento pela reforma agrária*”. O “encanto” se apresenta para o(a) agricultor(a) como um sonho de (i) ter acesso à terra, (ii) garantir o sustento da família e (iii) trabalhar com autonomia. Em essência, o “encantamento” é um projeto de vida e trabalho que valoriza os costumes e saberes dos agricultores no processo de desenvolvimento. Isto chamou nossa atenção para a relação entre o desenvolvimento nos assentamentos - nosso primeiro tema – e o que nos parecia expressar uma lógica camponesa.

Essa lógica é norteada pela vontade de produzir para garantir a satisfação das necessidades alimentares e, na medida do possível, o conforto da família. Isto através de uma busca pelo equilíbrio interno (CHAYANOV, 1981) entre a satisfação das necessidades da família e a penosidade desprendida no trabalho, de tal maneira que a reprodução da família não venha a ser comprometida nesse processo.

Existe assim, uma ambição de garantir: a (i) autonomia da produção em relação a fatores externos que podem causar dependência - como a compra de insumos (sementes melhoradas, fertilizantes, calcário, agrotóxicos, defensivos biológicos), a competitividade e a variação de preço dos produtos no mercado; e (ii) a satisfação das necessidades de consumo da família, principalmente, com práticas do auto-consumo.

Essa satisfação está relacionada às necessidades de reprodução biológicas da família e às aspirações de consumo no mercado, que vão desde instrumentos de trabalho, utilitários domésticos (fogão, geladeira, lâmpadas) até objetos de diversão (televisão, antena parabólica, moto). Ou seja, as ambições têm uma finalidade prática - facilitar o

trabalho, promover algum conforto e/ou fazer com que os filhos permaneçam na lote. Assim, as necessidades estão orientadas pelo princípio da reprodução da familiar e não pela acumulação de riqueza.

Entre as estratégias utilizadas para garantir a autonomia e a satisfação das necessidades, a diversificação das culturas produzidas e a criação de pequenos animais são as que apresentam o maior êxito nas propriedades de agricultura camponesa. Além disso, freqüentemente, os animais são usados como uma reserva de dinheiro, uma poupança que facilita as trocas no mercado possibilita a aquisição de novas terras e ajuda nos “tempos difíceis”. Essas opções permitem aos camponeses estabelecer relações comerciais resguardando uma perspectiva de independência em relação ao mercado.

As principais inquietações provocadas por essa problemática foram as seguintes:

- (i) O que marcou os assentados na sua luta pela criação do assentamento foi realmente esse “encantamento”? Ou este sonho foi misturado com outros elementos provenientes de suas experiências passadas?
- (ii) Quais foram os desafios para a realização desse encantamento?
- (iii) Como o encantamento animou o processo de desenvolvimento do assentamento? Ou se foi frustrado?

Nessa perspectiva, o presente trabalho traz contribuições para a análise do processo de desenvolvimento promovido pela reforma agrária a partir da sua relação com a lógica camponesa. E é inovador ao tentar desvendar o papel do “encantamento” no processo de desenvolvimento.

1.3 Implicações metodológicas

Uma pesquisa desta natureza traz à tona questões da subjetividade e intersubjetividade das relações sociais e exige do pesquisador uma abordagem metodológica de cunho mais *qualitativo*, que possibilite penetrar na complexidade das relações humanas. Todavia, o seu uso não impossibilita que sejam adotados diferentes procedimentos metodológicos – desde que estes não entrem em contradição com o referencial qualitativo.

A perspectiva *etnográfica* se justifica neste trabalho enquanto método capaz de tornar a realidade social passível de interpretação e sentido. No relato etnográfico, os dados parecem ter vida dentro do texto, é como se o informante estivesse diante do leitor lhe relatando os fatos.

O *enfoque participativo* foi outra postura metodológica que adotamos na pesquisa de campo. Isso porque ele parte do princípio de que a relação entre pesquisador e informante deve ser horizontal e valorizada como uma interação entre pares (sujeito-sujeito). Esse é um posicionamento que possibilita obter resultados que vão além de dados objetivos, isto é, resultados que sejam referências significativas, cheias de emoção, paixão, razão, prazer, decepção, saudade, revolta, passividade e ação.

Daí a importância do recurso à *memória* dos sujeitos. E por meio da memória que a narrativa do evento pesquisado passa a conter a fala de um sujeito que a vivenciou. Essa fala está carregada de experiências e transformações - pessoais e de seu grupo social que favorecem uma reflexão personalizada sobre as mudanças ocorridas na sociedade.

Também adotamos a *observação participante* como instrumento de investigação. A sua vantagem é a flexibilidade para obter informações de maneira privilegiada, pois elas são coletadas em situações em que as pessoas estão interessadas em expor suas opiniões e problemas. Para tanto, na parte final da pesquisa de campo, do dia 28/01 a 03/02/2005, fiquei instalado na Associação do Assentamento, fazendo as refeições na casa de um assentado. E ainda, contei com a colaboração de uma jovem, que me conduziu a algumas lotes, mostrou a estrutura do assentamento e forneceu alguns esclarecimentos sobre as relações sociais no assentamento.

Além disso, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a realidade do Cariri paraibano, a partir das visões dos atores sociais (agricultores e representantes de associações, STR's e ONG's) que estão fazendo a reforma agrária e o desenvolvimento da região, participamos como observador dos seguintes eventos:

- i. **Seminário Estadual – Perspectivas da Reforma Agrária no Brasil e na Paraíba**, realizado em maio de 2003, na cidade de João Pessoa/PB, pelo INCRA;
- ii. **IV Encontro Nacional da Articulação do Semi-Arido**, em dezembro de 2003, na cidade de Campina Grande/PB;
- iii. **I Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Paraíba**, em João Pessoa/PB, promovido pelo CONSEA/PB, em fevereiro de 2004;
- iv. **III Encontro Paraibano de Agroecologia**, realizado em novembro 2004, na cidade de Lagoa Seca/PB;

- v. **Seminário de Elaboração do II Plano Regional de Reforma Agrária da Paraíba**, promovido pelo INCRA e FETAG-PB, em João Pessoa/PB;
- vi. Reunião mensal do **Fórum dos Assentamentos do Cariri Paraibano**, em 17 de fevereiro de 2005, realizada em Sumé/PB.

Já a pesquisa bibliográfica teve como objetivo posicionar a problemática do assentamento “Novo Mundo” em relação ao tema da lógica camponesa e do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira. Para tanto, fizemos uma leitura das principais obras clássicas sobre o camponês (Chayanov, Wolf, Mendras entre outros) e das contribuições dos principais autores brasileiros na atualidade (especialmente Veiga, Abramovay, Graziano da Silva e Wanderley).

Foram consultados livros, dissertações, teses, periódicos, documento e artigos de revistas que tratam do assunto; assim como estudos de casos sobre a problemática de estudo e a história do assentamento “Novo Mundo”. Entre os locais onde realizamos essa pesquisa bibliográfica, vale citar:

- (i) As bibliotecas central e a do CH-ECSO, na UFCG (Campina Grande) e a biblioteca central da UFPB (João Pessoa);
- (ii) O “Banco de Dados” do INCRA, em João Pessoa, buscando relatórios sobre o processo de emancipação, o projeto produtivo etc;
- (iii) Diversos endereços na Internet, como nas páginas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do INCRA, do IBGE, IPEA entre outros.

E importante salientar também, nesses esforços, o papel das leituras dirigidas e das discussões coletivas desenvolvidas no quadro dos encontros do Grupo de Pesquisa em Agricultura familiar³.

Por sua vez, as entrevistas foram precedidas de: (i) uma visita exploratória, de contato, para explicar o trabalho e definir o conteúdo das informações a coletar; esse contato exploratório foi realizado na associação dos assentados, na ocasião da reunião mensal da associação, no mês de janeiro de 2005; (ii) uma apresentação/discussão do roteiro de entrevista com três lideranças do assentamento; na oportunidade, estas lideranças indicaram os nomes de 12 assentados a serem entrevistados e nós escolhemos mais 03 informantes, de maneira aleatória, para confrontar os dados; e ainda, (iii) uma análise das entrevistas (06 individuais e 01 coletiva) realizadas pelos alunos e professores da Universidade Camponesa.

As nossas entrevistas foram realizadas utilizando o roteiro de entrevista semi-estruturado discutido com as lideranças e realizadas do dia 28 de janeiro a 02 de fevereiro de 2005. No roteiro (cf. anexo) buscou-se obter dados sobre os lotes, o processo de luta, as relações sociais, os sistemas produtivos, as fontes de renda e os projetos dos assentados para o futuro.

Foram entrevistados 14 chefes de famílias, na própria casa ou lote, perfazendo uma amostra de 20,8% do universo das famílias assentadas. A escolha por fazer um número reduzido de entrevistas se justifica pela vontade, já explicitada, de privilegiar um enfoque qualitativo de cunho etnográfico. Nessa perspectiva, as entrevistas devem ser percebidas como estudos de caso.

³ Grupo de Pesquisa ligado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG.

Além das entrevistas com os assentados, realizamos 03 entrevistas abertas: a primeira, com um dos líderes do assentamento; a segunda, com o ex-gerente da fazenda (irmão do antigo proprietário) e, por fim, com o Professor Antônio Mariano Sobrinho, que acompanhou e registrou no seu livro⁴ alguns dos principais acontecimentos da cidade de Camalaú/PB.

Os princípios que orientaram nossa investigação sobre a relação entre a lógica camponesa e o processo de desenvolvimento no assentamento “Novo Mundo” serão explicitados no capítulo II. Eles se referem às seguintes hipóteses:

- (i) A lógica dos produtores deve ser respeitada no processo de desenvolvimento do assentamento;
- (ii) Para que a Assistência Técnica seja considerada eficaz, é importante que as propostas partam dessa lógica, a partir de um dialogo e não de imposições.

Daí a pergunta: a lógica dos assentados foi realmente valorizada no processo de desenvolvimento, ou foi negada?

⁴ MARIANO SOBRINHO, Antônio. *Rio Câmara: a epopéia de (mais) um século*. Academia de Cultura Princesa do Cariri. Camalaú/PB, 1996.

DESENVOLVIMENTO RURAL:

do modelo excludente ao projeto de vida camponês

Neste capítulo apresentamos um panorama dos impasses entre o modelo de desenvolvimento dominante e a consolidação da agricultura camponesa no Brasil. Apesar das adversidades, o modelo técnico camponês persiste e tem se mostrado viável por ter como base uma lógica de valorização dos atores e das especificidades de cada região. O capítulo está estruturado em cinco partes: na primeira, fazemos uma discussão do conceito de desenvolvimento rural e do modelo dominante no Brasil; na segunda, explicitamos as características do projeto camponês; na terceira, analisamos as alternativas que estão sendo propostas para o desenvolvimento do campo e suas limitações diante da realidade agrária brasileira; na parte seguinte, discutimos o papel do INCRA no desenvolvimento dos assentamentos rurais; e, por fim, fazemos algumas considerações sobre as dificuldades no processo de desenvolvimento dos assentamentos.

2.1 O desenvolvimento rural e o modelo dominante

Historicamente, o modelo de desenvolvimento rural implantado pelo Estado brasileiro atendeu aos interesses dos grandes proprietários de terras e incentivou os projetos produtivos voltados para as culturas de exportação.

Em particular, na segunda metade do século XX, visando adaptar a produção do Brasil às exigências do mercado internacional, são adotadas políticas estatais de modernização da agricultura, a chamada “Revolução Verde”.

Esse modelo promovia o desenvolvimento orientado pela modernização da base técnica da agricultura, pelo fortalecimento da agroindústria e pela incorporação de novas terras - a expansão da fronteira agrícola. Para alcançar tais objetivos, o Estado mobilizou um conjunto de instrumentos, que foram desde o crédito rural subsidiado até programas de pesquisa agrônômica e extensão rural.

O crédito subsidiado priorizou os grandes proprietários. Os dados do DESER - Departamento Sindical de Estudos Rurais (1997) mostram como os recursos favoreciam as grandes propriedades. Vejamos dois momentos:

- (i) Em 1979, o número de contratos de custeio foi de 1.375.417, atingido menos de 25% do total de produtores do país. Destes contratos, 80% eram destinados aos pequenos agricultores, mas eles receberam apenas 20% do total dos recursos;
- (ii) Em 1993, os pequenos agricultores representavam 81,22% do total dos contratos, mas receberam apenas 31,85% do total dos recursos; por outro lado, os grandes proprietários somavam 3,37% dos contratos e receberam 31,01% dos recursos.

Por sua vez, a estratégia de difusão de tecnologias tinha à frente os sistemas EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agrônômica) e EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), além de várias empresas e instituições estaduais. Enquanto a EMBRAPA tratava de desenvolver e adaptar as tecnologias

agronômicas já disponíveis nos países desenvolvidos às condições brasileiras, a EMBRATER e empresas coligadas aceleravam o processo de difusão das novas tecnologias (AGUIAR, 1986).

Assim, a modernização do campo foi marcada por um processo desigual e seletivo. Wanderley (1995) destaca que o processo foi *desigual* na medida em que a agricultura pode ser distinguida pelas oportunidades oferecidas aos agricultores e pela própria atuação do Estado, em cada região. O que favoreceu aos agricultores das regiões Sul e Sudeste, em detrimento dos agricultores das regiões Norte e Nordeste. E, foi *seletivo* porque deu prioridade aos projetos voltados para o mercado, ou seja, na maioria, os dos grandes fazendeiros agro-exportadores.

Os recursos do Estado foram transferidos sob a forma de créditos subsidiados, incentivos fiscais, preços mínimos, pesquisa e extensão rural. A política de apoio à grande propriedade foi o principal instrumento de modernização e um forte mecanismo de concentração de renda e terras.

O crescimento econômico estimulado pelo Estado nas décadas de 1960 a 80 promoveu as mais elevadas taxas médias de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Araújo (1995:127) destaca que de 1960 a 1988, a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento média do País em cerca de 10%; e entre 1965 e 1985, o PIB gerado no Nordeste cresceu em média de 6,3% ao ano, mais que o do Japão no mesmo período (5,5% ao ano).

Todavia, o dinamismo na economia regional não se refletiu nos dados sociais. O Nordeste apresenta-se como a região brasileira com os mais altos índices de pobreza. O Mapa da Fome elaborado pelo IPEA (PELIANO, 1993) indica que dos 32 milhões de

brasileiros indigentes, aproximadamente 17,3 milhões estavam no Nordeste, sendo que destes, mais de 10 milhões residiam no meio rural. Ou seja, 63% dos indigentes nordestinos viviam nas áreas rurais. A renda regional tem sido fortemente concentrada nestas últimas décadas; os 40% mais pobres reduziram sua participação na renda de 8,8 para 7,8%, enquanto que os 5% mais ricos aumentaram sua participação na renda produzida regionalmente de 38,8 para 42%.

Além dos limites econômicos da modernização, é possível perceber suas conseqüências em, pelo menos, três situações que marcam significativamente o “Mundo Rural” brasileiro: a degradação ambiental, a desigualdade social e a exclusão geográfica.

A *degradação ambiental* foi crescente ao longo das últimas três décadas. No campo, esse processo está relacionado, principalmente, à tendência à homogeneização das práticas produtivas, à simplificação e à artificialização extrema do meio natural. Essas medidas conduziram à degradação dos solos agrícolas, ao comprometimento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, à devastação das florestas, ao empobrecimento da diversidade genética dos cultivares, plantas e animais, e à contaminação dos alimentos consumidos pela população (BASTOS, 2002).

No Semi-árido nordestino, a adoção dos “pacotes tecnológicos” como infalíveis ferramentas para o sucesso da produção, se intensificou sem considerar seus impactos sobre essa realidade ambiental diferenciada.

Mazzeto da Silva (2003) destaca que já são graves as conseqüências “à biodiversidade nativa e agrícola, aos solos cultivados (compactação, erosão, salinização, esterilização) e às águas, tanto no aspecto qualitativo (poluição, contaminação, assoreamento) quanto quantitativo (distúrbios nos ciclos hidrológicos e rebaixamento do

lençol freático devido à irrigação intensiva, erradicação da cobertura vegetal, diminuição da infiltração no solo em função de compactação e erosão, etc.)”.

Para o autor, o modelo de modernização além de marginalizar a agricultura camponesa serviu para dar sustentação às monoculturas patronais e à indústria transnacional de máquinas, sementes selecionadas e agro-químicas.

Por sua vez, a *desigualdade social* se reflete na incapacidade da agricultura modernizada de garantir trabalho a uma grande parte da população rural. A agricultura modernizada não garantiu os empregos que estavam previstos, tanto que a ocupação agrícola foi declinante no período de 1992 a 2001. Em 1992, existiam 18,5 milhões de pessoas em ocupações agrícolas; esse número caiu para 16,647 milhões, em 1996; e chegou a apenas 15,543 milhões de pessoas em 2001. São aproximadamente 3 milhões de pessoas em ocupações agrícolas a menos. Concretamente, o modelo da grande propriedade rural *não garantiu trabalho*. O que poderia ser feito para amenizar esse quadro é uma revisão no regime de ocupação de terras, como forma de resolver o problema da mão-de-obra (SOARES, 1976).

O processo de modernização se materializou no fim das relações de parceria, sem que fosse construída uma nova relação que garantisse o acesso a terra. Conseqüentemente, levou à expulsão das pessoas da terra, com um fluxo migratório de grandes contingentes de pobres para os centros urbanos, isso enquanto era possível.

Desde 1970, a população rural brasileira vem diminuindo em termos absolutos (ABRAMOVAY; CAMARANO & PINTO, 1997). A população residente em áreas urbanas passou de 31%, em 1940, para 78% no ano de 1996. Nos anos 1980, segundo os autores, o fluxo migratório resultou na saída de um terço de todos os que viviam no meio

rural. o que representou aproximadamente 13 milhões de pessoas. Entre 1990 e 1995, esse movimento atingiu quase 4 milhões de habitantes, não incluída a população menor de 5 anos de idade.

A *exclusão geográfica* é caracterizada por uma reorganização do espaço rural. De acordo com Tonneau, Sautier & Guimarães Filho (1996: 10), a organização do espaço no Nordeste era caracterizada por uma formação em auréolas sucessivas sempre em direção ao porto, principalmente, de Recife/PE. Porém, a partir de 1980, esse espaço passou a ser concebido por manchas representativas de situações contrastadas em termos de articulação com o mercado, destacando três tipos de espaços: os primeiros são as áreas integradas a economia nacional e internacional; o segundo são os espaços regionais, nos quais a proximidade das cidades favorece uma diversidade da demanda agrícola; e, por fim, os espaços econômicos locais, característicos de zonas de recursos naturais pobres, de subsistência da agricultura familiar e de fluxos migratórios.

Nesse quadro, as zonas integradas ao mercado se tornam cada vez menos importantes, isso porque a agricultura nordestina está em crise. A produção agropecuária nordestina atingiu o seu pique no fim dos anos 1980; a partir desse momento os índices começaram a decrescer. A crise das atividades do complexo gado-algodão-lavouras fez com que a contribuição do semi-árido à economia regional decaísse progressivamente, de 28% (em 1970) para 21% em 1990; e a produção *per capita*, por sua vez, passou de 74,7% para 53,2% em 1990. Esta crise produtiva é essencialmente uma crise de investimento (SABOURIN, TONNEAU & MENEZES, 2004).

Com algumas exceções, como a do Vale do São Francisco, as políticas de apoio direto ao desenvolvimento agrícola não foram capazes de dar sustentabilidade aos sistemas

de produção e a intensificação se tornou cada vez mais necessária para compensar os efeitos da diminuição das áreas produtivas e do esgotamento dos recursos naturais.

Esse panorama fez com que nas últimas décadas, os limites do modelo da modernização da agricultura vêm favorecendo a incorporação de novos valores ao conceito de desenvolvimento, que vão além do crescimento econômico. Este passou a congrega também indicadores sociais, ambientais e até novos padrões tecnológicos menos agressivos à natureza e ao homem. Entre as principais contribuições para essa mudança estão os conceitos de:

- (i) Desenvolvimento Sustentável – um projeto mais do que uma noção - que critica o uso dos recursos físicos não-renováveis, a partir de um comprometimento com o futuro e a solidariedade entre as gerações; esse conceito entrou em evidência a partir do Relatório de Brundtland, no qual houve um esforço de se fazer sustentável o próprio processo de desenvolvimento;
- (ii) Ecodesenvolvimento – o conceito de desenvolvimento passou a incorporar dimensões como a satisfação das necessidades básicas e a participação da população;
- (iii) Desenvolvimento Humano - defende a necessidade de desenvolver também as pessoas que estão envolvidas no processo de desenvolvimento.

Da mesma forma, a concepção de Desenvolvimento Rural foi incorporando funções à agricultura que vão desde a produção de bens e serviços (função econômica), passando pela gestão ambiental (função ecológica) até o papel de ator do “mundo rural” (função social).

2.2 O projeto camponês

Para além desse debate, uma racionalidade tem persistido e coexistido com os diferentes modelos de desenvolvimento rural implantados no país, um modo de vida orientado por uma lógica própria, uma lógica que podemos chamar de camponesa.

Em geral, podemos dizer que a escolha pelo modelo camponês tem garantido:

- (i) Uma segurança em relação às condições futuras - existe um respeito pela natureza, uma preocupação com os impactos sobre o meio ambiente e a valorização das culturas agrícolas locais, pois o agricultor planta aquilo que conhece e sabe que vai dar certo e assim, não compromete a reprodução da família;
- (ii) A preservação do patrimônio terra na família – a terra não é uma mercadoria, um capital econômico à espera de valorização, a terra tem um valor afetivo para o agricultor e sua família;
- (iii) Os alimentos consumidos pela família;
- (iv) A manutenção de uma cultura, na qual o produto do trabalho não é uma mercadoria, mas sim, fonte de vida e representativo de um modo de vida específico, o camponês.

A agricultura camponesa tem se mostrado mais estável diante das instabilidades do mercado e mais viável do que a da agricultura “modernizada” em quatro sentidos, a saber:

- (i) E mais viável *economicamente* porque não compromete a reprodução familiar e ainda garante ocupação no campo. Ela é responsável pela permanência no campo de parte do grande contingente populacional que tenderia à migração. O Nordeste apresenta-se como a principal região do país pela importância dessa forma de produção: são 2,3 milhões de estabelecimentos e 7 milhões de pessoas, representando 53% dos estabelecimentos agrícolas familiares do País (FAO/INCRA, 1996);
- (ii) E *socialmente* mais viável porque fortalece os laços sociais, valoriza os saberes locais e produz mais alimentos. Ela contribui com 28% da produção total, apesar de ter apenas 22% da terra e de receber somente 11% do crédito rural total (FAO/INCRA, 1996). Assim, com menos crédito e em menor superfície, os agricultores familiares produzem mais que os grandes proprietários.
- (iii) Tem se mostrado mais eficiente na *utilização da terra*. No trabalho: "Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto", elaborado pelo Convênio FAO/INCRA (2000), fica claro que os agricultores camponeses são mais eficientes na utilização do fator terra. Isso porque a agricultura patronal deixa grande parte de sua terra ociosa e utiliza apenas as suas melhores terras para plantação; por sua vez, a agricultura camponesa tende a organizar o sistema produtivo de tal forma que seja otimizado, ocupando a maior área possível, visto que a terra é um fator limitante, escasso, e por isso os agricultores vêm-se obrigados a usar toda a área de que dispõem.
- (iv) No sentido *ambiental* é mais viável porque não há tanta intensificação e artificialização dos solos; inclusive, se existir um manejo adequado, pode

chegar a ter impactos positivos com reposição da fertilidade, por exemplo, através de práticas agroecológicas;

Além disso, essas unidades produtivas não foram atingidas de maneira contundente pelo processo de modernização do campo, o que de uma certa forma as protegeu das suas conseqüências, por exemplo, da competitividade no mercado, que muitas vezes é concomitante com o fenômeno de exclusão. Assim, o modelo técnico (camponês) de autonomia se demonstrou menos frágil e mais resistente às crises, tanto econômicas como climáticas, do que o modelo da modernização da agricultura no Brasil.

Fala-se de agricultura residual. E é verdade que a agricultura camponesa apareceu, historicamente, nos espaços deixados pela grande produção. De fato, a agricultura camponesa foi usada como colonizadora do espaço, preparando o “terreno” para as grandes plantações de culturas de exportação. Ela deixa de ser importante no momento em que o mercado demanda mais produtos. Isto aconteceu com a cana-de-açúcar e atualmente, acontece no sul do Piauí, transformado pela soja e as empresas gaúchas. Porém, novamente reaparece quando vem o tempo do esgotamento dos recursos naturais e incentivos fiscais, ou seja, quando as empresas rurais vão para outras regiões buscarem melhores condições.

Assim, a existência da agricultura camponesa é dinâmica e se traduz numa tensão entre proletarização do agricultor camponês (seja pela força das empresas comerciais ou pela divisão da propriedade devido à herança) e a consolidação aproveitando-se das possibilidades de mercados e/ou de políticas públicas.

Num quadro geral, a agricultura camponesa apresenta uma diversidade - de experiências e especificidades - que contribuiu para a consolidação dessa superioridade

sobre o modelo de desenvolvimento da modernização agrícola. Essa situação é o que vamos analisar agora.

2.3 Novos horizontes e velhos impasses

Esse panorama inspirou experiências bem sucedidas em várias de ONG's. Particularmente, naquelas que perceberam a agricultura camponesa como criadora de ocupação, de riqueza e mais respeitosa do meio ambiente. Em geral, as alternativas são fundamentadas em princípios ecológicos, com tecnologias adaptadas e acessíveis à agricultura camponesa.

Essas propostas têm como ambição tornar os agricultores autônomos em relação aos insumos e equipamentos industriais. Entre as estratégias de desenvolvimento alternativo que estão em debate, é possível destacar a agroecologia e a pluriatividade da agricultura camponesa.

A agroecologia constitui-se numa proposta de agricultura menos agressiva ao meio ambiente, oferecendo produtos “limpos” (isentos de agrotóxicos), em oposição ao modelo da Modernização “Conservadora”². O objetivo não é mais dominar a natureza, mas sim, integrar o homem ao meio de forma que lhe garanta uma melhor convivência com os fenômenos naturais. O princípio básico é o uso da diversidade biótica e abiótica dos meios favorecendo os processos de regeneração, procurando a autonomia (TONNEAU, 2004). A

² Ver GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

interdisciplinaridade é a base no trabalho agroecológico, integrando conceitos e princípios da Ecologia, da Agronomia, da Sociologia, da Antropologia, da Economia e de outras áreas do conhecimento. Mas, ela também é uma ciência da especificidade e do local, que requer uma forte mobilização de investigação aplicada, de mão-de-obra e de competência do agricultor em gerir o espaço, os recursos e o tempo de trabalho.

Por sua vez, a pluriatividade é um conceito que nasce da constatação da diversidade de trabalho (agrícola e não-agrícola) como uma especificidade do campesinato. E também conhecida como agricultura de tempo parcial, pois envolve a dissociação de um ou mais membros da família do processo produtivo para a prática de atividade não agrícola, objetivando melhorar a renda da família. Para Schneider (1994), a força desse modelo se deve a sua capacidade de gerar renda, apresentando-se como uma brecha para o desenvolvimento, tornando possível manter o homem no campo.

Em comum, os dois modelos questionam a modernização da agricultura com base na grande propriedade, e propõem uma rediscussão do papel do Estado em relação às intervenções no “mundo rural”, em particular, na agricultura camponesa.

Por outro lado, os modelos diferem nas formas de valorizar a agricultura camponesa: a agroecológica defende um desenvolvimento a partir de uma melhor convivência do homem com o ecossistema; enquanto que a pluriatividade propõe um investimento em geração de renda.

Todavia, não podemos esquecer que esses modelos não se apresentam como uma realidade nova, pois algumas de suas características já eram vivenciadas pelos agricultores camponeses. E sim, se apresentam como uma perspectiva inovadora de conhecimento e

práticas de intervenção no mundo rural, e parecem melhor adaptados à diversidade da agricultura camponesa no Nordeste.

Mas essas alternativas também possuem limites. Pois, mesmo sendo propostas mais interessantes e de resultados promissores, não conseguem resolver os problemas por inteiro, em particular porque, para fazer com que as pessoas vivam no campo com dignidade, é preciso que tenham as condições mínimas de oportunidade e, nessa perspectiva, é preciso ter terra de qualidade e em quantidade suficiente para produzir.

Por exemplo, as experiências da Articulação do Semi-Arido (ASA) na Paraíba, com mais de dez anos de trabalho técnico e organizativo na região, oferecem alternativas para propriedades de uns 10 hectares na região do Curimataú. Os limites das alternativas residem justamente no tamanho da propriedade, isso porque nessa região, como em todo o Estado da Paraíba, o conjunto dos agricultores camponeses tem menos de 10 hectares ou, simplesmente, não tem acesso à terra. Em conversa com a Assessora de Comunicação da ASA Paraíba, Sandra Raquew de Azevedo, ela destacou o caso do município de Remígio, no qual a atuação da ASA é limitada pelo tamanho das propriedades. Os dados do Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE mostram que existem 615 estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares, o que equivale a mais de 76% dos estabelecimentos rurais do município. Na Paraíba, os estabelecimentos com menos de 10 hectares representam aproximadamente 70% (101.435 propriedades) do total dos estabelecimentos.

A disponibilidade de terra é um problema não só pelos sem-terra, mas também estigmatiza os jovens que querem se instalar no campo. A ausência de perspectivas de trabalho faz com que os jovens considerem como uma alternativa a migração em busca de emprego nas grandes e médias cidades. Isso está fazendo com que, desde o início da década de 1980, exista um rejuvenescimento do fluxo migratório do campo e um

envelhecimento da população rural (ABRAMOVAY; CAMARANO & PINTO, 1997). Nos anos 1990, a probabilidade de migração passou do grupo com idade entre 30-39 anos para o de 15 a 19 anos, para ambos os sexos. A idade mediana dos migrantes masculinos diminuiu de 26,8 para 23,5 anos; e a dos femininos de 26,5 anos para 23,4 anos. Esse fato, aliado à queda na taxa de fecundidade no campo, tem levado ao envelhecimento da população rural.

No Nordeste, um outro reflexo do problema da disponibilidade de terra é o fato do número de pequenas propriedades terem crescido como resultado da divisão por herança. Os dados do Sistema Nacional do Cadastro Rural, de 1992, demonstram que, na região Nordeste “os imóveis rurais classificados como grandes propriedades perfazem 1,5% do universo cadastrado, abrangendo 40,4% da área total. Em contrapartida, os estabelecimentos rurais com área total de até 100 hectares, constituíam 86,3% do total de imóveis rurais e se restringem somente a 23,4% da área cadastrada”. E ainda, segundo uma avaliação da FAO (FAO/INCRA – Censo Agropecuário 1995/96 - IBGE), mais da metade dos estabelecimentos (58,8%) têm menos de 05 hectares.

2.4 O papel do INCRA no desenvolvimento dos assentamentos

O INCRA foi criado no período da ditadura militar e, principalmente, num momento em que a ordem dominante favorecia a modernização do campo. Ele tinha como função principal conduzir a política estatal de integração da Amazônia ao restante do país e

oferecer possibilidades de acesso à terra aos trabalhadores sem-terra.

Mas, aos poucos suas atribuições foram se adaptando às reivindicações sociais, principalmente através de uma forte pressão dos movimentos sociais no campo. Em 1979, no III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, se reconheceu publicamente a necessidade de mobilizações e pressões, envolvendo grandes contingentes de trabalhadores, para que as reivindicações se tornassem possibilidades concretas. A partir disso, os conflitos passaram a ganhar uma maior visibilidade.

No final dos anos 1970 e início dos anos 80 passaram a se suceder acampamentos e ocupações de terra no sul do País, trazendo à cena novas formas - em relação àquela conjuntura - de ação política, que simultaneamente desafiavam a postura dos governos militares e colocavam em questão as práticas sindicais. Essas lutas constituíram o germe do mais significativo movimento social do País: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que teve suas origens na CPT.

Pressionado pelos movimentos sociais, o Estado volta a ser interrogado sobre políticas públicas de reforma agrária e de desenvolvimento para o campo. Mas, é somente a partir da redemocratização, em 1984, que o tema volta a ser amplamente debatido. Através do Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, instituiu-se o novo Plano Nacional de Reforma Agrária, com a meta de destinar 43 milhões de hectares para os assentamentos e assentar 1,4 milhão de famílias até 1989. Nesse sentido, criou-se o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD). Mas, quatro anos depois, os números alcançados eram modestos: 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares.

Esses números alimentaram um intenso debate (político e ideológico) em torno da reforma agrária na Assembléia Nacional Constituinte. O que resultou na extinção do INCRA, em 1987, e na extinção do próprio MIRAD, em 1989. A responsabilidade pela reforma agrária passou a ser do Ministério da Agricultura.

Essa situação durou até 29 de março de 1989, quando o Congresso Nacional recriou o INCRA, rejeitando o decreto-lei que o tinha extinguido. Contudo, a falta de respaldo político e a deficiência orçamentária mantiveram a reforma agrária semi-paralisada.

Na década de 1990, o retorno do debate público sobre a reforma agrária avança com as ações do Movimento dos Sem-Terra (MST) e com as manifestações provocadas pelo massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. Esse incidente se deu quando centenas de famílias sem-terra caminhavam em direção à cidade de Belém (por uma rodovia), com o objetivo de pressionar o Governo a assentá-las. Elas foram surpreendidas pela ação violenta da Polícia Militar, que causou a morte de 19 pessoas e dezenas de feridos.

O fato ganhou espaço na imprensa e repercutiu negativamente na imagem do governo de Fernando Henrique Cardoso, tanto nacional como internacionalmente. Diante das pressões, o Governo inicia então um programa de reforma agrária com a meta de superar todos os recordes de famílias assentadas: assumiu o compromisso de assentar em quatro anos 280 mil famílias. O discurso sobre a reforma agrária ganha novas formas, principalmente em números de famílias assentadas e assentamentos criados. Mas o programa não se preocupava com a qualidade dos assentamentos criados; assim ao mesmo tempo em que assentava as famílias, não lhes dava as condições necessárias para que elas pudessem permanecer na terra, criando novos problemas e agravando velhos impasses.

Em defesa da postura do governo, no dia 01/02/02, o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, ressaltou que em sete anos de governo, 584.655 famílias foram assentadas, em quase 20 milhões de hectares, 4.275 assentamentos foram criados (de um total existente de aproximadamente 4.635 assentamentos) com um investimento global de R\$ 13,2 bilhões. Também foram aplicados R\$ 14,4 bilhões no plantio e custeio da safra por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para a safra 2001/2002, o governo destinou R\$ 4,196 bilhões.

Na Paraíba, de 1965 até 1999, foram criados 168 assentamentos (85,6% criados pelo INCRA e 14,4% pelo Governo Estadual, através do INTERPA), abarcando uma área total de 151.624,2 hectares, na qual foram assentadas 11.336 famílias.

Contudo, os resultados da ação do governo FHC devem ser analisados com prudência. Em princípio, os números podem parecer satisfatórios; é verdade que *Nenhum outro governo assentou mais*. Mas, a classificação dos “assentamentos de reforma agrária” criados é sujeita de questionamentos. Pois, em muitos dos casos, são desapropriações, arrecadações ou compras de terras que visavam por fim a antigos conflitos, contemplando trabalhadores que já estavam há muito tempo morando na área, como “posseiros” ou “parceiros” e que, em circunstâncias diferenciadas, estavam ameaçados de expulsão. São “regularizações fundiárias”.

Assim, os assentamentos foram frutos de tensões sociais, de pressão dos movimentos sociais; marcados pela ausência de um planejamento prévio e de mecanismos de apoio e dispersos espacialmente. Uma característica dessa intervenção é o fracasso do processo produtivo dos assentamentos, pois numerosos são aqueles que não conseguem garantir uma renda mínima e a alimentação para as famílias assentadas.

2.5 As dificuldades nos assentamentos

São várias as perspectivas críticas que tentam explicar as dificuldades em se consolidar os projetos de desenvolvimento realizados através da reforma agrária no Brasil; em particular, destacamos três correntes:

A **primeira** busca a resposta nas *questões institucionais do INCRA*. Gonçalo (2001) entende que a situação de insucesso da reforma agrária no Brasil é um reflexo das práticas assistencialistas e de controle do INCRA sobre os assentados. Uma postura alternativa pode ser buscada no trabalho dos técnicos do Programa LUMIAR, que encontraram receptividade dos assentados em relação aos projetos propostos; na Paraíba, a contratação da assistência técnica foi realizada pela organização dos assentados, privilegiando os profissionais e equipes locais que estivessem mais conscientes dos problemas enfrentados na região (PEREIRA & DUQUE, 2001: 3).

E importante frisar que, talvez, a relação de dominação não seja explicitamente o que os funcionários do INCRA querem desenvolver, mas implicitamente existe a questão das condições institucionais que os direcionam nesse sentido, mesmo quando eles partem para uma postura mais participativa. Ou seja, o INCRA enquanto instituição do Governo Federal está sujeito às limitações do governo em termos de flexibilidade, burocracia e orçamento.

Em geral, a intervenção do INCRA acontece para resolver conflitos, o que cria condições para que o próprio processo de desapropriação se torne um dos primeiros entraves ao sucesso do assentamento, pois as condições na qual o INCRA vai atuar já estão estabelecidas e isso tem conduzido a pelo menos duas conseqüências: (i) ele deve assentar

um número de famílias que geralmente é maior que a capacidade da propriedade, logo, as famílias serão assentadas em lotes inferiores ao módulo rural do município e, (ii) em geral, o valor da terra paga pelo INCRA é maior que a quantia que os assentados podem pagar posteriormente. Assim, quando a transferência da terra é realizada, os beneficiários tornam-se inadimplentes. Este fato habitual é um aspecto determinante do insucesso dos assentamentos (TEOFILO, 2002).

Há também, a prática corriqueira de contingenciamento de orçamento⁶ (OLIVEIRA, 2001) que faz com que os recursos, para iniciar o “plantio” só cheguem à superintendência do INCRA em pleno mês de dezembro, bem depois do período recomendado para o plantio, que na Paraíba é no mês de março. A liberação do crédito não respeita as especificidades das regiões, o que prejudica a produção. Por exemplo, a liberação do “crédito habitação” é feita em condições aleatórias, chegando a ser distribuído antes mesmo do parcelamento da terra. Isso faz com que os assentados tenham que concordar em receber o crédito para que este não volte para o governo.

A **segunda** perspectiva aponta para a *fragilidade das entidades representativas dos trabalhadores* na luta na terra. Isso acontece porque a dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamentos que é o assentamento (ZIMMERMAM *In*: MEDEIROS *et al*, 1997) faz com que os assentados se vejam incapazes de enfrentar os problemas gerados nesse novo ambiente.

Essa incapacidade de responder às demandas, em muitos casos, está relacionada ao fato de que as entidades foram inseridas na racionalidade burocrática do Estado e assim, ficam incapazes de pressionar os órgãos, públicos e privados. Isso vem acontecendo desde

⁶ Ocorre quando o ministro do planejamento retarda ao máximo o repasse de verbas, já previstas no Orçamento da União, para outros ministérios, com o intuito de reduzir gastos.

a década de 1970-80, quando da regularização do sindicalismo pelo governo militar e a orientação para que os STR's assumissem a responsabilidade pelas tarefas ligadas à liberação dos benefícios previdenciários para os trabalhadores. A crescente institucionalização dos STR's originada pelo aumento na demanda por benefícios previdenciários e a tentativa de superação das lacunas dos órgãos públicos - pela incorporação de suas atividades - são hoje fatores determinantes de evasão dos associados, que deixam para contribuir com os sindicatos e associações no momento em que necessitam requerer algum benefício junto à Previdência Social ou um financiamento no banco.

O **terceiro** enfoque busca a solução na *orientação dos projetos produtivos* dos assentamentos, que não estão em harmonia com os projetos dos assentados, isto é, não respeitam a lógica camponesa e permanecem centrados demais na integração dos agricultores ao mercado.

Os projetos são muitas vezes impostos na forma de “pacotes” visando o mercado, sem tomar em consideração o projeto do produtor orientado principalmente para a satisfação de suas necessidades alimentares e outros, numa estratégia que destina ao mercado apenas os excedentes de sua produção. O camponês não tem prioritariamente um projeto de produção, ele tem um projeto de vida.

De fato, não há uma integração entre as políticas que direcionavam o acesso e a posse de terras e as políticas agrícolas, que historicamente estiveram voltadas para a grande propriedade e a produção para a exportação. É preciso mudar os valores e entender que a produção de alimentos, a geração de ocupação rural e a preservação da bio-diversidade são mais importantes do que a geração de *superávits* na balança comercial.

Nessa perspectiva, talvez o problema esteja realmente relacionado ao projeto de inserção econômica dos agricultores, visto que há uma vontade inegociável, por parte dos órgãos interventores, de transformar agricultores em produtores empresariais plenamente integrados ao mercado, o que certamente excede a capacidade, as necessidades e/ou a vontade da maioria dos agricultores familiares. Os projetos oficiais, mesmo quando apresentam resultados significativos, criam “ilhas” de desenvolvimento, em meio ao insucesso da maioria das realizações.

Aquino (2003) ressalta que essa orientação atualmente se configura numa “*nova modernização desigual*”, só que, desta vez, no interior da própria agricultura familiar. Os recursos para financiar os agricultores familiares são escassos e estão sendo distribuídos de forma desigual, privilegiando um pequeno número de agricultores nas regiões mais desenvolvidas que apresentam um maior potencial a se tornarem agricultores empresários. Além disso, os créditos estão vinculados a “pacotes tecnológicos”, a compra de animais de “qualidade” através de leilões ou criadores cadastrados, que no caso do agricultor do Semi-Árido nordestino é um erro, visto que os animais não se adaptam à região.

Nessa perspectiva, concordamos que os projetos propostos pelo INCRA são generalizadores - de fato, têm como objetivo desenvolver produtores integrados ao mercado, empresários rurais - e não consideram as condições globais dos agricultores familiares, em particular, do Nordeste brasileiro.

O que nos leva a concluir que, apesar das inúmeras tentativas do Estado em solucionar a questão camponesa e agrária, o que realmente norteou os projetos de desenvolvimento foi à vontade de modernizar e integrar a agricultura ao mercado. Isso historicamente favoreceu a marginalização da maioria dos agricultores.

Esse contexto leva à necessidade de pensar num outro modelo de desenvolvimento, um modelo que valorize os ensinamentos da agricultura camponesa e que possa ser adaptado às realidades dos agricultores. Esse é justamente o desafio das políticas públicas de apoio à agricultura familiar e de reforma agrária.

NOVO MUNDO:

Da luta para o encantamento à vida no assentamento

O presente capítulo tem como ambição apresentar nossa pesquisa. Para tanto, resgatamos a história do município, da Fazenda Floresta que deu origem ao assentamento, de todo o processo de criação do assentamento desde a ocupação da propriedade, ou seja, os primeiros passos no Novo Mundo.

3.1 O município de Camalaú

Camalaú é um nome indígena, talvez o nome de um chefe, de um grupo que habitava as imediações ou o nome da área onde residiam. Para Horácio de Almeida e Coriolano Medeiros *apud* Mariano Sobrinho (1996: 19), “Camalaú” seria a corruptela do termo “CAM / B / ARA / Ú” (igual a RIO DO CAMARÁ, do tupi-guarani).

Segundo Mariano Sobrinho⁷, o povoamento do município de Camalaú aconteceu por três caminhos:

⁷ Agradeço as contribuições do Professor Antônio Mariano Sobrinho para o resgate da história de Camalaú, sem as quais essa parte do trabalho não seria rica em detalhes.

- (i) Através do Rio Paraíba, a partir do povoamento de Boqueirão - vindo pela nascente do Rio Paraíba e passando pela Serra Jaquitaca, em Monteiro;
- (ii) Por meio dos viajantes que vinham do Rio São Francisco, através do Rio Moxotó;
- (iii) E, também pelo acesso que ficou conhecido como a “estrada das boiadas” (há registro de que em 1738 já existia essa estrada), que passava onde se situa Camalaú, indo para o Rio Moxotó e chegando ao rio São Francisco até Caritanha, na divisa da Bahia com Minas Gerais.

Enquanto povoado, Camalaú nasceu em 1895. Antes era somente Fazenda Camalaú. As famílias predominantes eram *os Oliveiras*, que vieram de Caruaru/PE na ocasião da compra da Fazenda Boa Vista, situada a uns três quilômetros da atual sede do município. Uma outra parte da família se situou ao lado dessa Fazenda e deu ao local o nome de Fazenda Camalaú. Essas fazendas deram origem à cidade de Camalaú.

A história da fundação do município é relatada da seguinte forma por Antônio Mariano Sobrinho:

Havia um filho dos donos da Fazenda Camalaú, chamado José Cardoso da Silva, fundador de Camalaú, que achou que deveria criar um povoado. Ele era um homem meio político e de pensamento um pouquinho avançado. Mas, como ele não tinha terra, pediu à família para ceder terra a ele, para ele criar um povoado. A sogra dele prometeu dar uma parte da fazenda, mas não deu e houve uma briga no dia que era para fazer a doação. Porém, uma irmã dele [Rosa Maria da Conceição] juntamente com seu marido [Domingos Ferreira Brito] fizeram a doação do patrimônio, no dia 21 de junho de 1895. José Cardoso era católico e achou que deveria fazer a doação no nome de um santo, no nome de São José, que até hoje é o padroeiro de Camalaú. A antiga fazenda passou a se chamar Camalaú velho. José Cardoso construiu a primeira igreja e a partir daí as famílias foram se aglomerando.

A data de instalação do município de Camalaú ocorreu em 19 de março de 1962, após o desmembramento do município de Monteiro, por força da Lei Estadual nº 2.617 de 12 de dezembro de 1961.

Camalaú está localizado na microrregião do Cariri Ocidental paraibano e mesorregião geográfica da Borborema, a 335 km de João Pessoa e 175 de Campina Grande. Limita-se ao Norte com Sumé e Congo; ao Sul com São Sebastião do Umbuzeiro e São João do Tigre; a Leste com São João do Tigre, Jataúba (PE) e Congo e a Oeste com Monteiro.

O município de Camalaú é banhado pelo Rio da Serra ou do Espinho, onde foi construído o açude Cordeiros (já no município do Congo, mas com a maior parte das águas no município de Camalaú) e pelo Rio Paraíba ou do Meio, no qual foi construída a barragem pública de Camalaú. Além disso, têm alguns riachos importantes como o da Raposa, Ipueira, Aguazinha, Craibeira, Lamarão e Pinheiro.

O clima é semi-árido, quente e seco, com chuvas escassas e irregulares. A vegetação predominante é uma Caatinga rala e rasteira, com um bom número de cactos (alastrado, facheiro, coroa-de-frade, mandacaru, palmatória, rabo-de-raposa etc.) e xerófitas como o umbuzeiro e o juazeiro.

As atividades econômicas básicas são: o artesanato, pecuária extensiva e agricultura de subsistência; as pessoas plantam milho e feijão (antes, o algodão foi uma cultura de peso); desenvolvem uma pequena agricultura irrigada; criam vacas, cabras, ovelhas, porcos e galinhas.

O Censo Demográfico 2000 (IBGE) confere ao município uma área territorial total de 603,06 km² e uma população residente total da ordem de 5.516 pessoas, das quais 3.159 residem na área rural.

3.2 A fazenda Floresta

O registro de propriedade da fazenda mais antigo pertence ao Sr. Pedro Bezerra da Silveira Leal, conhecido como “Coronel Pedro de Monteiro” e carinhosamente chamado pelos populares de “Pedrinho”. Ele foi prefeito de Camalaú (quando pertencia a Monteiro, portanto antes de 1962) e Deputado Constituinte. Até hoje, ele é considerado o político mais popular da história de Camalaú.

Segundo Mariano Sobrinho, Pedro Bezerra, apesar de ser “*um sujeito muito explorador*”, era muito “*humanitário*”. O que fez com que caísse na graça do povo como o “*melhor homem daquela época*”, devido a suas brincadeiras, amizades e por “*não fazer diferença entre ele e os trabalhadores*”.

Sob a sua direção, a Fazenda Floresta era muito organizada e tinha uma grande criação de gado. Para manter essa estrutura, ele contava com vaqueiros e moradores (umas 60 famílias), que tinham muita abundância, isto é, “*as pessoas podiam produzir a vontade, era uma época muito feliz*”, conta Antônio Mariano Sobrinho.

Quando o “coronel Pedrinho” morreu, a família vendeu a propriedade para um

empresário de Pernambuco, José Inácio. Este montou um projeto de agroindústria pela SUDENE e transformou a fazenda numa referência da atuação desse órgão, chegando a receber visita de ministro durante a ditadura militar.

A agroindústria, TAMOIO & FRIGORÍFICO, tinha uma excelente estrutura para a criação de caprinos, ovinos e porcos para comercialização. De acordo com o ex-gerente, a empresa tinha:

“13 mil porcos, 1 mil reis [bovinos], 1 mil criação de caprinos, umas 500 criações de ovelhas e ainda tinha éguas, potros e jumentos. A fazenda começou com 750 a 800 operários, eram dois caminhões carregados de gente. Era um pedacinho do céu, eu era feliz lá”.

Os recursos financeiros e o grande número de operários modificaram a economia e a vida no município de Camalaú: *(i)* o comércio se dinamizou; *(ii)* a população aumentou, pois vinham muitos trabalhadores de outras regiões e acabavam estabelecendo residência no município; e *(iii)* novos valores foram inseriram na comunidade, antes “fechada”, pelos trabalhadores que vieram de outras regiões.

Contudo, para os ex-moradores da fazenda, a implantação da agroindústria não foi tão vantajosa. Isso porque causou um forte processo de expulsão e o estabelecimento do regime assalariado. Mariano Sobrinho explica que:

A modernização acabou com a vida que os moradores tinham e os colocou num padrão de vida totalmente empresarial. Os moradores foram quase todos expulsos, passou a ser tudo assalariado, ninguém tinha mais o direito de trabalhar na terra. No regime assalariado, as pessoas trabalhavam por pouco, sendo humilhados e trabalhando muitas horas por dia. Era um regime de trabalho muito duro.

Esse quadro nos mostra como o processo de modernização mudou o modo de viver dos trabalhadores. Na Fazenda Floresta, apesar da sujeição ao coronel, eles podiam produzir livremente para alimentar suas famílias; já na agroindústria, os agricultores perderam o acesso à terra e se tornaram dependentes do salário para suprir as necessidades alimentares.

Todavia, apesar de condições favoráveis, a fazenda entra em decadência na segunda metade da década de 1980. O declínio da agroindústria é atribuído ao seqüestro e brutal assassinato do filho de José Inácio. Segundo depoimentos dos assentados e de Antônio Mariano Sobrinho, José Inácio depois da morte do filho, se desligou da fazenda e aos poucos foi abandonando a produção, chegando a ter apenas vigias e alguns trabalhadores na propriedade.

Os ex-trabalhadores não encontravam nem ocupação que lhes garantisse renda, nem terra para trabalhar e sustentar a família, um quadro que vai alimentar o desejo de ocupar a fazenda, acontecimento que apresentaremos agora.

3.3 A luta pela realização do encantamento

Um fato que precedeu a ocupação da fazenda foi à ocupação - por parte de algumas famílias de ex-trabalhadores de José Inácio, que ficaram sem-terra e sem oportunidade de trabalho - de uma área desapropriada pelo Estado (margens do açude), com fins de produzir alimento.

Mesmo tendo vendido a área, José Inácio queria continuar a mandar. Mas, os trabalhadores já tinham tomado conhecimento de que a terra era pública e decidiram enfrentá-lo, como nos relata o **Entrevistado 15**:

Nós já estávamos trabalhando na área do Estado [margens do açude]. passei uns 2 anos e continuava trabalhando como vigia. O Zé Inácio já tinha vendido a área do açude ao Estado. mas queria continuar mandando. Chegou um dia e disse: vocês vão ficar daqui pra cima! Ai, foi mesmo na vez que a menina da CPT já tinha falado com a gente, ai a gente disse: o senhor pode sair do meio daqui, que nós vamos tomar conta daqui e daqui mais uns dias a gente vai para a fazenda. Não venha medir área não! porque o senhor já vendeu isso aqui e nós vamos passar um tempo aqui e daqui a pouco nós vamos para a fazenda. Ele se abriu de lá. não acreditou. Nem ele e nem ninguém acreditou, só a gente mesmo acreditou.

Outra circunstância que instigou os ex-trabalhadores a ocupar a fazenda foi a exploração por parte de José Inácio. Ele pagava a diária que queria e mandava os trabalhadores embora sem pagar os direitos trabalhistas. Situação relatada pela **Entrevistada 02**, na ocasião da demissão do seu pai e de seu marido:

O que motivou muito a invasão, no meu ponto de vista, foi à dívida do ex-proprietário com os agricultores. Porque quase todos que moram aqui no assentamento foram moradores [trabalhadores] dele. E então, ele deu um castigo muito grande aos trabalhadores no ponto de pagamento. Ele pagava a diária certa, mas era a que ele queria pagar. Mas o trabalhador saía sem direito. Meu pai mesmo trabalhou com ele 14 anos e saiu sem direito. Quando nós falamos de direito para ele, foi mesmo que matá-lo. Era um absurdo a gente falar que tinha direito aos anos trabalhados. (...) Meu marido trabalhou 07 anos e saiu sem nenhum direito. Ele saiu porque eles queriam que ele trabalhasse a mais do que o horário permitida sem pagar. por isso ele saiu. Estavam explorando o trabalho dele.

Depois de instalados na área do açude do Estado, os trabalhadores criaram a Associação dos Trabalhadores Rurais de Camalaú (ATRC). O Sr. José Paulo Barbosa, um dos fundadores da associação e presidente na época, convidou os representantes da

Pastoral da Terra (Dorinha e depois Vanúbia) de Campina Grande para conhecerem a realidade agrária e a situação dos trabalhadores rurais de Camalaú.

Diante da realidade, começaram a sondar a região com o intuito de escolher a melhor área a ser ocupada, até que um dos agricultores tomou conhecimento de que a propriedade de José Inácio, a Fazenda Floresta, era considerada improdutivo há 10 anos.

A partir dessa informação, formaram um grupo com o apoio da FETAG, CUT e, principalmente, da CPT para ocuparem a propriedade. Iniciaram um processo de mobilização e conscientização (de 04 a 05 meses) que culminou na ocupação da fazenda, num Sábado de Aleluia, do ano de 1996.

E interessante destacar que, na região do Cariri paraibano, o assentamento Novo Mundo foi o primeiro a passar por um processo de conflito. Assentamentos anteriores, como o Estrela Dalva, surgiram a partir de uma negociação dos trabalhadores com os ex-proprietários. Em parte, essa situação se deve ao fato de que a população da região ainda tinha uma visão de mundo na qual a propriedade da terra era uma coisa sagrada e a sua ocupação, mesmo que a área fosse considerada improdutivo, era um roubo.

O diálogo que se segue, entre a **Entrevistada 01** e seu marido, retratam de maneira singular a aceitação da proposta de ocupação da propriedade e o receio de parte dos trabalhadores em relação ao ex-patrão:

Eu trabalhei correndo o dia todo e cheguei já tarde, enfadada. Mas, quando cheguei em casa, [meu marido] estava sentado na calçada e eu decidi ir na casa de comadre Damiana. Ele disse: não vai não mulher. o que é que tu vai buscar a essa hora? [Entrevistada] Eu vou lá ver ela, porque estou com saudade. Mas, tinha trabalhado o dia todinho mais ela. Quando eu cheguei, que ia atravessando uma passagem, a porta de Damiana estava assim de gente juntando. Cá comigo me disse: meu Deus, Damiana morreu! Foi logo o que veio na mente quando vi aquele povo todinho. Fui rapidamente partindo para lá, mas vinha duas moças que me disseram que iam à minha casa para me convidar para ir para a terra de

José Inácio. E eu disse: vou, se nós vamos tomar a terra dele, então nós vamos. Eu morava na rua, mas trabalhava direto na fazenda e só ia para a rua de noite. As moças (CPT) disseram para procurar uma rede, um cobertor, porque lá nós vamos dormir tudo no chão. Eu disse que não me importava não. Quando eu cheguei em casa [meu marido disse] disse: oxente minha filha, mas você já veio embora? Eu disse: escuta! eu vim me bora porque nós vamos tomar as terras de seu Zé Inácio! E ele disse: Tu és doida? do jeito que aquele homem é bruto, ele vai meter o cacete em vocês, vocês vão é levar uma pisa. Eu disse: ele pode me bater, mas nós vamos. Eu vou e nem me impeça, que eu vou.

O grupo que partiu para fazer a ocupação da Fazenda Floresta era composto por 45 famílias da região do Cariri paraibano, na maioria, do próprio município de Camalaú e que tiveram algum tipo de relação de trabalho com José Inácio. Ao se aproximarem da propriedade, o grupo se dividiu em dois e seguiu em silêncio para que as vozes não fossem reconhecidas.

A **Entrevistada 01** lembra que uma das representantes da CPT perguntou qual era a porteira e como ela era acostumada, disse que: *“a derradeira de lá, porque as outras já estão tudo no cadeado. Vamos entrar nessa porteira. E entramos!”* Depois de entrarem na propriedade, eles se dirigiram para o galpão e é nesse momento que José Inácio tomou conhecimento do fato que daria início ao conflito pela terra.

De imediato, José Inácio mandou que a energia do galpão fosse cortada. Os homens, mulheres e crianças começaram a entender que era preciso ter forças para não desanimar; para a **Entrevistada 01**, essa noite no galpão foi:

(...) a dormida mais triste que eu tive! Mexi a noite todinha sem poder dormir, porque eu não sou acostumada a dormir no chão. Foi um sofrimento grande, mulher com menino pequeno. (...) Bem que as meninas tinham avisado para levar vela e fósforo, mas foi dito e feito! Isso foi uma zoada tão feia e desse dia em diante a gente foi sofrendo nas unhas dele [José Inácio].

Porém, a luta estava apenas começando e o mais difícil ainda estava por vir. Pois, apesar de ter entrado na justiça pedindo reintegração de posse, José Inácio não esperou pela decisão judicial e decidiu resolver as coisas do seu jeito - através de capangas armados. Além disso, como nos relata a esposa de uma das lideranças entrevistadas, ele contou com o apoio do prefeito da época, do delegado, de comerciantes e de uma parcela da população que o “admirava”.

Ele (...) foi uma pessoa que trouxe uma empresa para a região atrasada. As pessoas achavam o suficiente porque trabalhavam e ganhavam diárias. As pessoas não tinham nenhum direito trabalhista, não tinham carteira assinada, férias, décimo, não tinham nada, trabalhavam na diária. (...) era uma pessoa muito conhecida e muito respeitada no município pelas autoridades (prefeitos, padres, delegados) e a própria população do município.

No dia seguinte à ocupação, o prefeito passou com um caminhão lotado de policiais em direção à casa sede para conversar com José Inácio e, em menos de meia hora, voltou para “conversar” com os trabalhadores. O prefeito e os policiais fizeram algumas perguntas, como por exemplo, se não havia armamento entre eles, e foram embora.

Todavia, a polícia não desarmava os pistoleiros a serviço de José Inácio, por mais que os trabalhadores fizessem denúncias. De acordo com o **Entrevistado 07**:

Os cabras avisava a polícia que eles estavam tudo armado, oxe, a polícia era que mandava eles se armarem. Ai, no dia em que o superintendente veio de Monteiro, o delegado é quem veio avisar aos capangas aqui em cima, mandou eles guardarem as armas. Os cabras iam pra rua, enchiam o rabo de cachaça e quando viam eram pintando a desordem por ai. Eu sei que o sofrimento foi grande.

Vale ressaltar ainda que essa história de embate entre pistoleiros e ocupantes nem sempre foi entre inimigos. A **Entrevistada 01** conta que houve um momento em que o

inimigo - armado, cruel e pronto para agredir os ocupantes - era simplesmente um compadre de “estimação”:

Oihe, nesse tempo ninguém podia passar não. Morria um aqui de fome e eles (pistoleiros) não deixavam passar um aqui não. Agora eu só fiquei triste, porque entre os capangas tinha um compadre meu de estimação. Eu viajei para o Brejo de Madre Deus/PE, para ser madrinha de um filho dele. Mas, ele me disse que quando olhou, que viu eu com o chapéu na cabeça, conheceu e pensou: é comadre V.! Ele se amparou e saiu do meio dos capangas. Eu não vi ele. Quando a mulher dele morreu, nós fomos daqui para o Brejo para assistir o enterro dela, é um compadre que eu tenho muito prazer. Quando eu o vi, disse assim: mas compadre Otacílio, você tava naquele dia, naquele lugar me tocaiando. Ele disse: mas comadre, eu tive tanta desgosto na vida, que não quis nem me apresentar à senhora. Oh comadre, eu quero tanto bem a senhora. E eu disse: Mas o senhor tava lá como um bichão para atirar em mim. Ele disse: mas eu não ia atirar em ninguém comadre. Nós sofremos.

Os trabalhadores foram expulsos duas vezes pelos capangas. Nesses momentos eles iam para a cidade ou para a área do Estado e, em seguida, novamente ocupavam a propriedade. Além dos atores sociais já citados, o grupo também contou com o apoio de Frei Anastácio e de Júlio César Ramalho (Superintendente do INCRA na época).

O desfecho do conflito se deu com a desapropriação da propriedade pelo INCRA em 14 de novembro de 1997⁸. O valor pago pelo imóvel foi de R\$ 396.072,14 (LUMIAR, 2000: 4) e a Emissão de Posse foi feita em 17 de fevereiro de 1998.

⁸ INCRA. *Indicadores cadastrais. Desapropriação de imóveis*. Atualizado em 04/12/2002. Disponível em: http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/_asp/sisote/areades2.asp, acessado em: 21/04/2005.

3.4 Pensando o desenvolvimento

Após a emissão de posse, a equipe do INCRA começa a desenvolver as ações básicas no assentamento, entre elas a topografia e a divisão dos lotes.

Na visão dos técnicos do INCRA, a propriedade tinha capacidade para assentar 87 famílias, mas, atualmente, apenas 72 famílias estão assentadas. Essa diferença fez com que 12 lotes ficassem desocupados, alguns em áreas privilegiadas da propriedade como as próximas à agrovila ou ao açude. A divisão dos lotes foi realizada através de sorteio público, com orientação de contemplar cada família assentada com duas áreas: (i) uma área de vazante, com tamanho entre 01 e 02 hectares; e (ii) uma área de 10 hectares no restante da propriedade.

A liberação dos créditos teve início somente 08 meses depois da emissão de posse. Os primeiros a serem liberados foram os créditos de fomento e alimentação.

O crédito habitação foi liberado através da Caixa Econômica Federal, em parcelas que acompanhavam a execução das obras. O INCRA e a Associação dos Assentados coordenaram as obras e o material foi comprado através de licitação pública. A construção das casas ficou sob a responsabilidade dos próprios assentados. Em assembléia, os assentados votaram pela criação de uma agrovila, aceitando o argumento que facilitaria a eletrificação e o abastecimento de água. Mas, o que aconteceu foi que essa escolha dificultou o trabalho nos lotes e a guarda das criações, como nos conta o **Entrevistado 19**⁹:

(...) a agrovila foi aprovada pela maioria. Porque você sabe que tem muitas pessoas que dão uma resposta até sem pensar. E quando as

⁹ Entrevista realizada por Adeílsa e Antônio Magro, alunos da UniCampo.

respostas são dadas por maioria... Cê sabe, a maioria em todo lugar domina, ou certo ou errado, a maioria domina. Por isso é que hoje está a agrovila e hoje está também, o sacrifício do povo. (...) Eu não achei muito bom, porque todos, quase todos, desejavam não ser uma agrovila, desejavam cada um ter recebido essa moradia em seu lote, [no local em que] ia permanecer. Hoje, por ter sido vencido assim, não posso nem dizer, mas [a proposta da] agrovila não foi muito apoiada pelo grupo. Ela veio, tudo bem, aqui está, e nela nós estamos. Mas que as dificuldades ficou muito grande pra quem tem o seu trabalho mais distante de casa... Se tivesse havido uma concordância que [a moradia tivesse sido] individual em cada lugar de cada um, eu acho que tinha sido melhor de que agrovila.

A aplicação do crédito de custeio agrícola foi outro problema. Era para ser um projeto para trabalhar na agricultura, mas o ano foi ruim de inverno e a equipe do LUMIAR achou melhor optar por um projeto de caprinocultura. Os animais foram adquiridos numa feira em Monteiro, seguindo as exigências do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para a liberação do crédito, pois o crédito estava vinculado à compra de animais de “qualidade” (raça).

Porém, os assentados não foram informados que esses animais não eram adaptados ao clima e, sobretudo, precisavam de ração. Soltos na caatinga, ao consumirem a vegetação natural, adoeceram ou já estavam doentes e começaram a morrer.

O prejuízo dos assentados com os animais foi quase total e ainda tiveram que pagar o empréstimo ao banco. Os que conseguiram pagar o empréstimo em dia tiveram que se desfazer de algum pertence. Um exemplo é o da **Entrevistada 16**:

Eu tinha uma criação, mas quando peguei o dinheiro do banco, tive que vender e acabei com quase tudo. Até uma vaquinha de leite e um garrotinho foi preciso vender para pagar ao banco.

Houve também aqueles que, diante da situação, decidiram esperar por uma melhor negociação com o banco, em condições que não as prejudicassem. O **Entrevistado 17** foi um desses, chegando a fazer o pagamento com 80% de desconto da dívida. Essa melhor negociação facilitou a sua estabilidade e fez com que ele não precisasse se desfazer de seu rebanho ou de qualquer outro bem para quitar o empréstimo.

Essa situação comprova que não adianta os técnicos terem uma atitude participativa e democrática, voltada para os interesses dos beneficiários, se as instituições bancárias, responsáveis pela administração e liberação dos créditos, não se adaptarem às necessidades e realidades dos assistidos pelas políticas públicas.

Depois dessas etapas, os sonhos dos assentados se voltaram para a discussão e construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), que foi elaborado pela equipe local do Programa LUMIAR.

Dentre as ações desenvolvidas num assentamento, o PDA se apresenta como um procedimento/instrumento fundamental para o sucesso do assentamento e, por isso, sua construção deve contar com a participação de todos os beneficiários.

Para Castilho, Pereira da Silva & Magalhães (2001), as ações a serem desenvolvidas a partir do PDA devem ser estruturadas de tal maneira que possam favorecer o desenvolvimento dos seguintes objetivos:

- i. *Organização do espaço por meio do anteprojeto de parcelamento:* como e onde vão ficar as áreas de moradia, produção, reserva e preservação florestal, equipamentos de uso comunitário, vias de acesso, obras e se o assentamento vai ser organizado de forma individual, coletiva ou mista; como vimos, o loteamento foi realizado antes da construção do PDA, o que fez com que hoje os assentados se

sintam prejudicados pela construção da agrovila, uma situação que poderia ter sido evitada se fossem seguidas as orientações do próprio INCRA;

- ii. *Programa de produção*: quais atividades produtivas serão desenvolvidas, respeitando-se as expectativas e experiências das famílias assentadas e também a viabilidade técnica, econômica e financeira;
- iii. *Programa de gestão ambiental*: o que será feito para recuperar, conservar e preservar o meio ambiente e as ações na área da educação ambiental;
- iv. *Programa social*: envolve as atividades relacionadas à saúde, educação, lazer, esporte, cultura e desenvolvimento comunitário;
- v. *Programa de obras e infra-estrutura básica*: define as obras necessárias e sua localização;
- vi. *Modelo de gestão*: como serão executados os programas e atividades, a participação das famílias, do Incra, do Estado e Município.

No assentamento, a equipe técnica do LUMIAR procurou, através dum processo participativo, fazer um levantamento das potencialidades e das principais dificuldades que poderiam afetar a renda, a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental no assentamento. E, em seguida, explicou para os assentados quais eram os objetivos do PDA.

A fase seguinte foi a realização de um diagnóstico da realidade da propriedade e das famílias assentadas. Entre os dados levantados para o PDA (LUMIAR, 2000), é interessante destacar quatro variáveis:

A primeira é a condição do **solo** da propriedade. São rasos, com pedregosidade superficial e são desgastados rapidamente pela erosão laminar ou em sulcos. Assim, os solos apresentam restrições quanto à utilização para fins agrícolas.

A área apresenta mais de 80% do solo coberto por uma vegetação natural que a torna indicada à pecuária extensiva. Para tanto, é indispensável que se tenha uma reserva de alimentos para os períodos secos.

A **infra-estrutura** é a segunda variável considerada. O assentamento possui uma infra-estrutura invejável (açudes, barreiros, casa sede, galpão de armazenagem de silos etc.), que poderia, em tese, em muito contribuir para o desenvolvimento do processo produtivo no assentamento. No entanto, vale considerar que muitos desses equipamentos tinham sido construídos em função dos objetivos da agroindústria, não sendo adaptados às necessidades da agricultura familiar.

A terceira variável é a **mão-de-obra**. Ela é constituída por pessoas que dominam várias profissões, o que constitui um dos principais fatores que beneficia o desenvolvimento sustentável do assentamento.

O **nível de escolaridade** é um fator preocupante. Pois, das 322 pessoas que residiam no assentamento em 2000, apenas 15 cursaram até a 8ª série e 73 são analfabetos ou semi-alfabetizados.

A partir do diagnóstico, partiu-se para a construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento. Entre os objetivos destaca-se: (i) produzir alimentos para o auto-consumo; (ii) adequar a organização dos produtores aos modernos princípios de gestão empresarial; (iii) desenvolver processos de capacitação; e, (iv) buscar alternativas de atividade não agrícolas.

Tais objetivos reforçavam a lógica de vida dos assentados, pois estimulam a aliança entre a agropecuária com uma outra fonte de renda. Isso porque tanto as limitações da região, quanto as próprias histórias de vida dos assentados apontavam para a necessidade de se ter uma renda externa. Um exemplo é o depoimento do **Entrevistado 15**:

Eu pegava como vigia de 07 horas da noite, e 04 horas da madrugada largava. Quando saía tirava direto para o roçado até às 03 horas da tarde, quando era 5 horas vinha para o trabalho de vigia. Às vezes, não dormia de jeito nenhum. Trabalhar só na agricultura, aqui no Cariri, não dá! Todo mundo sabe. Um saco de milho, por 25 reais, não paga o trabalho.

Entre as principais ações definidas para a consolidação do PDA, que poderiam levar a um futuro desejado estavam: (i) produção animal diversificada – caprinocultura, bovinocultura, piscicultura e avicultura; (ii) atividades agro-industriais – beneficiamento do leite, do milho e da algaroba existente (alimentação animal e aproveitamento da madeira); e, (iii) atividades não agrícolas – promover feiras de animais e eventos esportivos como vaquejada e pega-boi.

Para realizar tais ações, a equipe técnica do LUMIAR previa a participação conjunta do INCRA, Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal, SENAR, ONG's, CPT, IBAMA, PRONAF, PRONERA, COOPERAR, além do próprio LUMIAR.

Porém, foi nessa altura da discussão que o Programa LUMIAR foi desativado. Então, algum tempo depois, o INCRA estabelece uma nova assessoria com a ATECEL¹⁰. Essa inicia a construção do Projeto de Financiamento (2001) do assentamento, o qual deveria ter sido elaborado a partir das orientações do PDA.

¹⁰ ATECEL – Associação Técnica Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior

Num primeiro momento, a elaboração do Projeto contou com a participação dos assentados, que se dividiram em grupos e elegeram propostas diferenciadas. Mas, ao retornar para apresentar as propostas refeitas, os técnicos da ATECEL apresentaram um projeto diferente daquele que tinha sido acordado com os assentados.

A nova proposta da ATECEL se baseava na modernização tecnológica e especialização da produção, direcionando a aplicação dos créditos para a criação da cabra de leite. Os recursos deveriam ser utilizados para a aquisição de forrageira, cadeira de ordenha, lona plástica, animais, implantação das culturas de alimentos desses animais (capim elefante, capim buffel e palma forrageira) e para a construção de cercas e apriscos.

Diante dessa imposição, aqueles que tinham optado por um projeto mais diversificado ou mesmo de criação de gado, galinha caipira e culturas alimentares se sentiram desassistidos pela nova proposta e resolveram não assinar o projeto.

Para o **Entrevistado 04**, o projeto da ATECEL “*era muito caro e o projeto ficou todo igual*” (o mesmo para todos). Nesse sentido, o **Entrevistado 15** considera que a proposta da ATECEL “*tirava as coisas que a gente achava que dava certo. (...) o LUMIAR fazia um, vinha a ATECEL e fazia outro; para ela só podia arame*”.

Por sua vez, o **Entrevistado 17** reforça que “*o projeto que nós queríamos não era engessado. (...) cada um criava o que queria e ia cercar a quantia que pudesse e ia criar ovelhas, gado, o que quisesse*”.

Assim, ao tentar impor a sua visão de desenvolvimento, a ATECEL entra em conflito com os assentados e bloqueia o processo de negociação dos créditos para o assentamento. Pois, todos os assentados acabaram não aceitando o projeto e os créditos referentes ao Projeto de Investimento não saíram até o momento.

Nesse panorama, é evidente que não podemos afirmar que a proposta do LUMIAR teria sucesso, mas, ao que tudo indica, por ter como princípio o respeito à lógica dos beneficiários, ela seria aceita e implantada. Ao contrário do que aconteceu com a proposta da ATECEL, que nem aceita foi.

DO ENCANTAMENTO A VIDA DE ASSENTADO

Neste capítulo analisamos como o “encantamento” influenciou nas performances dos sistemas produtivos e no nível de vida das famílias assentados; observamos, em particular, se os projetos de vida puderam se realizar no quadro do assentamento e se contribuem para o desenvolvimento do assentamento.

4.1 Caracterização das famílias¹¹

A caracterização das famílias é realizada a partir da análise da sua viabilidade econômica. Para tanto, tomamos como referência o tipo de sistema idealizado pelos próprios assentados. Isto é, uma unidade familiar-econômica que combine o uso e venda da produção agropecuária com o incremento de uma renda extra.

Os indicadores selecionados para estratificar as famílias entrevistadas foram:

- i. a disponibilidade de mão-de-obra familiar;
- ii. o capital em rebanho que possui;

¹¹ Ver em anexo uma apresentação sintética de cada uma das entrevistas realizadas com as famílias assentadas.

- iii. as rendas, somando a agropecuária com a renda de outras atividades; e,
- iv. outros indicadores de renda expressos no conforto da casa e nos instrumentos de trabalho.

A cada indicador foi atribuído um valor (de 1 a 5, máximo de 20 pontos pelos 4 indicadores), que além de mostrar a aproximação ou distanciamento dessas famílias em relação a um tipo ideal, evidencia também a capacidade do sistema em responder às necessidades de consumo da família. Após essa pontuação, as famílias foram agrupadas em 5 tipos:

Tipo A – formado por famílias que obtiveram uma pontuação de 16 a 20, representando uma situação de *ótima* capacidade;

Tipo B – composto por famílias que somaram de 13 a 15 pontos, com uma capacidade *boa* de responder às suas necessidades;

Tipo C – integrado por famílias que alcançaram de 10 a 12 pontos, representando uma situação de *relativa* capacidade;

Tipo D – constituído por duas famílias que tiveram uma pontuação igual a 9, que apresentam uma situação de *relativa dependência* das variações climáticas e de mercado;

Tipo E – abaixo de 9 pontos temos apenas uma família, apresentando uma situação de fragilidade e *dependência* em relação às variações climáticas e de mercado.

Essa pontuação indica uma escala entre as famílias, mas ela é relativamente arbitrária e o nosso julgamento é obviamente bastante subjetivo. De qualquer forma, esses grupos podem ser observados no Quadro 01 e 02, a seguir:

QUADRO 01 – Distribuição dos pontos alcançados por cada unidade familiar.

Entrevistado(a) nº	Residem / Mão-de-obra	Capital	Renda (mensal em 2004)	Conforto	Total de Pontos	Tipo
01	5	5	3	4	17	A
12	4	2	5	5	16	A
16	3	4	3	5	15	B
06	2	4	4	5	15	B
08	1	5	5	4	15	B
02 e 17 (casal)	2	3	5	4	14	B
05	3	4	3	4	14	B
15	3	4	2	4	13	B
03	2	3	3	5	13	B
13	2	2	3	5	12	C
07	1	3	4	2	10	C
04	1	1	4	5	9	D
11	3	3	1	2	9	D
14	2	2	2	1	7	E

QUADRO 02 - Tipologia da capacidade de responder às necessidades familiares.

Tipo	Pontos	Entrevistado(a)	Residem/Mão-de-obra*	Capital	Renda (mensal em 2004)	Conforto
A	17	01	Marido (agricultura) + 3 Filhos (2H e 1M, agricultura)	12 bovinos, 7 cabras e 6 ovelhas, 2 porcos, 18 galinhas, 6 peru e 5 animais de tração e montaria	Pensão (240) + Agricultura (5) + Ovos (30) = 275 reais	Rádio, televisão e antena parabólica. 1 Bomba d'água.
	16	12	Esposa (agricultura) e 4 filhos (2H, agricultura; 1M, cuida da casa; 1H, estuda) e 1 neta (de 1 ano)	4 bovinos e 15 galinhas	2 Aposentadorias (480), 1 Vale gás (7,5) e 1 Bolsa Família (50) + Agricultura (24,60) + Criação (3,35) = 565,45 reais	Televisão, antena parabólica, som e liquidificador. Usa trator e tem 1 moto
B	15	16	4 filhos (2M, estudam; 2H agricultura)	1 bovino, 3 ovino-caprino, 5 galinhas e 2 animais de tração e montaria	Aposentadoria (240) + 3 Bolsa Escola (45) + Vale Gás (7,5) = 292, 50 reais	Rádio, televisão e antena parabólica. 1 silo de estocagem e usa trator.
	15	06	Esposa (agricultura)	12 bovinos, 30 caprino-ovinos, 10 galinhas e 2 animais de tração e montaria	1 Filho Ajuda (150) + Bolsa Família (50) + Leite (240) = 440 reais	Rádio, televisão, antena parabólica, geladeira, liquidificador e ferro de passar roupa. Carroça, usa trator e 1 moto.
	15	08	Esposa (doente) e 2 filhas (estudam)	5 vacas e 2 bois, 80 ovelhas (meeiro), 8 galinhas e 1 animal de montaria e tração.	Aposentadoria (240) + Bolsa escola (15) + Bolsa Família (50) + Leite (285) + Criação (100) = 690 reais	Rádio, televisão e antena parabólica. 1 silo de estocagem e carroça
	14	02 e 17	Esposa (agricultura) e 2 filhos (2H, estudam)	2 bovinos, 12 ovino-caprino e 4 galinhas	Mobilizador Social (500) + Bolsa Escola (15)+ o sogro ajuda quando ele precisa = 515 reais	Rádio, televisão, antena parabólica, liquidificador. Forrageira

	14	05	Mãe (agricultura) e 2 filhos (1H estuda e Agricultura; 1H estuda)	3 bovinos, 10 ovino-caprinos, 8 galinhas e 1 animal de tração	Aposentadoria (240) + Vale Gás (7,5) = 247,50 reais	Televisão, antena parabólica, geladeira, liquidificador e ferro de passar roupa. 1 silo de estocagem.
	13	15	Esposa (agricultura) e 3 filhos (2H, 1 agricultura; 1M)	8 bovinos, 10 ovino-caprinos, 20 galinhas e 1 animal de tração e montaria	Fome Zero (50) + Agricultura (60) + Leite (67,20) = 177,20 reais	Rádio, televisão, antena parabólica e geladeira. 1 moto.
	13	03	Esposa (agricultura)	2 vacas, 8 galinhas e 1 animal de tração e montaria.	Aposentadoria (240) = 240 reais	Rádio, televisão e antena parabólica. Tem 1 bomba d'água e usa trator
C	12	13	Esposa (agricultura) e neto (6 anos)	1 bovino e 10 galinhas	Auxílio Acidente (240) = 240 reais	Televisão, antena parabólica, geladeira e liquidificador. 1 silo de estocagem e usa trator. Tem 2 carros.
	10	07	Esposa (funcionária do Estado) 3 filhos (1H e 1M estudam; 1M trabalha fora)	2 bovinos, 2 porcos e 1 animal de tração e carga	Salário (240) + Agricultura (40) + Leite (48) = 328 reais	Rádio, televisão e antena parabólica. Carroça.
D	9	04	Esposa (aposentada) e enteado (não gosta da agricultura)	20 galinhas.	Pensão (240) + Aposentadoria (240) + Agricultura (8,30) = 488,30 reais	Rádio, televisão, antena parabólica, geladeira.
	9	11	Esposa (agricultura) e 2 filhos (1M estuda, 1H estuda e agricultura)	12 ovelhas, 10 galinhas e 1 animal de tração	Criação (14,60) = 14,60 reais	Rádio, televisão e antena parabólica.
E	7	14	4 filhos (2H, estudam e 1 ainda ajuda na agricultura; 2M, estudam)	1 bovino e 4 galinhas	Bolsa Escola (30) + Vale Gás (7,5) + Salário (70) = 107,50 reais	Televisão, geladeira, liquidificador e ferro de passar roupa.

* Todos os entrevistados declararam trabalhar na agricultura.

A construção da tipologia nos permitiu fazer algumas considerações sobre os cinco tipos encontrados, em dois sentidos: o primeiro, verificando os pontos comuns existentes entre os cinco tipos; e, o segundo, analisando as especificidades (dificuldades e potencialidades) de cada tipo. Tudo isso, refletindo sobre todos os dados que foram coletados nas entrevistas.

Os pontos comuns encontrados entre os cinco tipos foram:

- i. As culturas do feijão, milho e batata-doce desempenham um papel fundamental, para o auto-consumo e a alimentação animal;
- ii. Em 13 (treze) casos, a produção é orientada para o auto-consumo, a venda sendo limitada aos produtos que estão em excesso. A exceção é o **Entrevistado 07**, que vendeu 17 sacas de milhos (25,00 reais cada) e 4 sacas de batata-doce (12,00 reais cada);
- iii. A utilização das rendas é principalmente direcionada para suprir as necessidades alimentares das famílias;
- iv. A renda não-agrícola está presente em 13 famílias, que destacam a sua importância para o sustento da família. A exceção é a família do **Entrevistado 11**, que lamenta não ter essa renda;
- v. Apesar de existirem três açudes na propriedade, os assentados produzem poucas hortaliças e, na maioria, têm que comprá-las na feira de Camalaú;
- vi. A produção de frutas é pouco freqüente;
- vii. Os instrumentos de trabalho mais usados no roçado ainda são a enxada e a foice;

- viii. Tem um expressivo investimento em conforto. Entre os aparelhos eletroeletrônicos, a televisão e a antena parabólica estão presentes em quase todas as casas. A exceção é a família da **Entrevistada 14**, que não possui a antena parabólica;
- ix. A mão-de-obra é limitada. Em 8 casos, apenas uma ou duas pessoas trabalham na agricultura, ou seja, apenas o chefe da família e eventualmente seu conjugue;
- x. Nos três casos em que há um membro da família no regime de trabalho assalariado, este está quase que totalmente afastado das atividades agrícolas;
- xi. Todos expressam a vontade de que seus filhos possam estudar, mesmo que momentaneamente em detrimento de seu trabalho no lote.

As especificidades de cada tipo:

Tipo A – tem uma maior possibilidade de reposição da mão-de-obra e uma diversificação da produção;

Tipo B – incremento do capital em rebanho e um uso da renda não-agrícola como complementação;

Tipo C – escassez da mão-de-obra e dependência da renda não-agrícola;

Tipo D – a produção se destina quase que exclusivamente para o auto-consumo;

Tipo E – uma renda extra é imprescindível para suprir as necessidades da família.

4.2 Experiências passadas e futuro caminham juntos

Voltamos a nossas perguntas iniciais: O “encantamento” influenciou os sistemas produtivos? Os projetos de vida puderam se realizar? Estão contribuindo para o desenvolvimento do assentamento?

Nas entrevistas, os informantes expressaram com força a relação entre seus sonhos, suas experiências passadas e sua situação atual. O primeiro sonho era a vontade de trabalhar com liberdade, na própria terra, para poder sustentar a família; é a lembrança que permanece mais acesa naqueles que lutaram para a criação do assentamento.

O encantamento é um projeto que se contrapõe à situação de sujeição ao ex-patrão, à ausência de direitos nas relações de trabalho, à falta de oportunidade nas cidades e, principalmente, à separação do homem de seu modo de vida, da sua comunhão com a terra. Um encantamento que alimenta o sonho de poder viver com liberdade, uma vontade de ser agricultor com terra própria e poder ter o domínio sobre seu trabalho e viver com a família dignamente no campo.

A **Entrevistada 16** lembra que lutou “(...) *para ganhar essa terra, para um dia ter uma terra e dar do que comer a meus filhos*”. O sonho de ser liberto é uma característica que alimenta a lógica camponesa.

O **Entrevistado 04** caracteriza seu projeto como uma possibilidade de realizar o sonho de ter um “*pedaço de chão para viver por conta própria e ter a liberdade, (...) plantar e criar um bichinho*”. Reafirmando assim, a importância da terra para a realização

do projeto de vida e produtivo do camponês.

Nesse projeto, a família exerce um papel privilegiado. Pois é a partir de suas necessidades que o camponês orienta o seu modo de vida e é pensando em dar-lhe melhores condições de vida que ele projeta o seu futuro. É um projeto que vem para tentar diluir as incertezas de quem não tem terra própria para morar e trabalhar, ou seja, que reivindica a condição de camponês.

Isso porque, em geral, a história de vida dos assentados mostra que à medida que esses camponeses foram se afastando da agricultura e se inserindo na dinâmica de trabalho da cidade, sofreram um agravamento de suas condições de vida e trabalho. O **Entrevistado 08** lembra que depois de morar dez anos nas terras dos outros, não tinha para onde ir e acabou indo morar na cidade e trabalhar num abatedouro de frango, *“mas o trabalho estava me ofendendo, dava uma coceira nos dedos, eu não agüentava não!”*

Por isso, ser assentado pela reforma agrária representa *“permanecer, permanecer na vida no campo e em todas as obrigações que existem dentro do movimento”* (**Entrevistado 18**). E ainda, como nos relata o **Entrevistado 11**, ser assentado é ter a certeza de que *“tem um local de criar, de trabalhar e sempre conseguir algo para comer”*.

Assim, os agricultores não têm uma visão que limita o programa de reforma agrária ao acesso à terra, mas compreendem que a sua realização deve significar a valorização dos seus costumes e saberes enquanto orientações para uma construção partilhada de um projeto de desenvolvimento camponês.

Nesse quadro, a reforma agrária tornou possível uma melhoria nas condições de vida e trabalho dos assentados do Novo Mundo. Um exemplo é o do **Entrevistado 15** que antes trabalhava como vigia para José Inácio de noite e de dia cultivava nas terras de um conhecido; hoje, com a criação do assentamento: *“Se chover agora e amanhecer o dia, eu*

sei onde é que eu vou trabalhar. Antes, não dava nem tempo de tirar a plantação e o dono da terra pedia para tirar a ração. E, para a vista do que tinha na região, ele era bom.”

Para o **Entrevistado 12**, o acesso à terra significou o fim de um período de incertezas:

ERA morador. em Koca Veina. a propriedade tinha uns 80 hectares. (Mas) depois que o proprietário morreu e os herdeiros quiseram ficar com a terra. para repartir e coisa e tal. então. nós saímos e viemos para uma casinha mais para cá, num setorzinho; mas não dava, era uma dificuldade trabalhando em terra dos outros! (...) Ai. eu fui embora para Sumé. [trabalhar] num setor que era do DNOCS¹². Era até bom lá, tinha muita água nos canais. a gente plantava. tinha tudo. Eu gostava de negociar e ia negociando: matando e comprando bicho. Era até bom. Mas depois, foi nos 2 anos secos. (1992-1993). o negocio ‘fracapou’, ficou ruim. quase quebrei! Ai, eu vim embora para Camalaú. Fiquei morando na rua [na cidade] uns 4 anos. (...) Eu não conseguia fazer uma casa para mim e os tempos que passei fui muito humilhado, morando de favor, alugado. Em 2 anos, eu me mudei umas 14 vezes.

Por sua vez, a **Entrevistada 05** acrescenta que é um projeto que deixa o assentadoo “*liberto para desenvolver a sua atividade, o que você acha que deve desenvolver dentro do seu lote*”. Assim, ser o próprio patrão é outra realização da reforma agrária. Para o **Entrevistado 06**, com a criação do assentamento a vida ficou melhor:

A gente era empregado e agora não sou mais empregado. né. A agricultura para a gente ficou melhor. (...) porque o ex-proprietário não me dava a chance que eu tenho hoje de criar e trabalhar. Hoje. eu vou trabalhar à hora que quero.

É por isso que esse projeto não deve ser norteado primordialmente pelas idéias de produtividade e lucratividade, mas sim, por uma lógica que busque melhorar as condições de vida e trabalho das famílias assentadas. E para isso, “*viver por conta própria*”, “*ter liberdade*” se constitui num pré-requisito para o desenvolvimento dos assentados.

¹² DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

O sonho da autonomia se expressa também numa produção dirigida prioritariamente para o auto-consumo. É uma questão de liberdade, de prudência e de cálculo econômico. O **entrevistado 17** declara: “*A venda vem depois, quando a família está de barriga cheia*”. E o **entrevistado 05** explica: “*Se você tira somente para vender, muitas vezes sua situação fica difícil.*” Pois a relação com o mercado nem sempre é interessante. O **entrevistado 11** considera: “*O cara não pode deixar de comer para colocar para vender*”. O **entrevistado 06** acrescenta:

O mercado depende do preço, e para a família o que eu produzir está bem. Não compensa vender no mercado, porque quando você consegue produzir, todo mundo também consegue, e aí não dá preço.

Além disso, a comercialização dos produtos é sempre desvantajosa. A **Entrevistada 14** diz que quando é verificada a relação entre trabalho despendido e retorno em dinheiro com a venda:

Não vale a pena vender! Porque a gente trabalha demais e quando vai vender, o povo não querem pagar pelo preço que a gente acha justo. Eu prefiro trabalhar menos e não ter que me sujeitar a vender os produtos a preços baixos.

É em função dessa prioridade para o auto-consumo que a produção deve ser diversificada. Diz o entrevistado 05: “*produzir uma coisa só fica muito monótono. Você fica muito dependente de uma coisa. Por exemplo, só plantar milho! mas, o milho precisa de uma ajuda, só milho não dá para viver.*” Alias, no passado, o consorcio milho e feijão já era o mais comum. Mas, as famílias assentadas também tinham por costume o cultivo da fava, da macaxeira, do jerimum, da melancia, do algodão e da palma. A habilidade para lidar com a terra fica clara na frase do **Entrevistado 07**, ao dizer que “*quando eu nasci os*

dentos, minha enxada já estava preparada para eu trabalhar". Assim, o trabalho na agricultura foi transmitido a esse assentado como um destino natural.

Quanto à criação, é notória a vocação para a caprinocultura e a bovinocultura. Contudo, não faltam galinhas, porcos, ovelhas e perus. Mas uma carência que permanece entre os assentados é a ausência do cultivo de hortaliças e de fruteiras. As crianças são as que mais sentem a falta desses alimentos, como relata a **Entrevistada 02**: *"O que falta é uma 'alimentação fina', as crianças pedem uma banana, frutas, verduras e eu não tenho para dar"*. Uma situação problemática visto que o assentamento possui três açudes, que são sub-utilizados pelos assentados.

Finalmente, esse sonho de autonomia, que antes se referia ao patrão, hoje é reivindicada em relação ao INCRA ou a qualquer outra entidade ou pessoa que possa tentar impor normas contrárias a sua lógica. O **Entrevistado 15** constata que o Incra, pelo menos, o deixa em paz: *"Não liga, quanto tempo faz que eles vieram aqui?"*. O **Entrevistado 03** confirma: *"Eles nunca abusaram a gente, deixa a gente quieto aqui. Nós trabalhamos do jeito que queremos."*

Já para o **Entrevistado 04**, a situação é mais ambígua: *"Na hora que mais precisa do apoio do INCRA, ele não vem. (...) A gente se sente liberto porque tem a terra, mas sente a falta dele nos recursos."*

A conjunção da renda externa com o trabalho na agropecuária se apresenta como um forte vetor de orientação para o desenvolvimento do assentamento. De um lado, a diversidade das experiências profissionais anteriores é uma característica marcante do assentamento. Entre os entrevistados, foi possível identificar pessoas que trabalharam

como diarista, vaqueiro, vigia, pedreiro e açougueiro. Por outro lado, os assentados sentem a necessidade de suprir as limitações (climáticas e de solo) com uma renda que lhes garanta o acesso aos artigos que não produzem como: café, açúcar, biscoitos e o pagamento da energia; um exemplo é o depoimento do **Entrevistado 11**, que diz o seguinte:

A vida no assentamento está boa demais, o que falta é um inverno controlado. (...) [mas] era bom que tivesse um emprego aqui dentro, um trabalho que cobrisse uma feira por semana. Porque eu ainda não consigo tirar a feira.

4.3 Os limites do encantamento

Várias queixas se referem ao INCRA, à falta de apoio, ao atraso na liberação dos créditos de investimento, e até às normas que proíbem ao assentado de procurar trabalho fora do lote. O **Entrevistado 05** percebe a relação com os funcionários do INCRA como de sujeição: *“Têm muitas coisas que dependem muito do INCRA.”*

O **Entrevistado 07**, pessoa bem dinâmica, embora reconheça: *“Hoje, o cara está liberto, faz o que quer e cria o que quer”*, se sente sujeito do INCRA: *“Eu não posso sair daqui para trabalhar em canto nenhum. Porque se eu pudesse sair, eu estava ganhando o dinheiro para arrumar o almoço da casa.”*

E o **Entrevistado 15** se queixa de não ter *“um investimento para produzir mais que o que eu já produzo (...), um apoio para comprar um motor (para irrigação) e silos.”*

Os entrevistados reconhecem que eles são parcialmente responsáveis pela situação que, talvez, pudesse ser superada se estivessem mais unidos: o **Entrevistado 04** lastima: *“O maior obstáculo é que o pessoal não se une para a luta; acomodam-se...”*

Portanto o programa de reforma agrária alcançou apenas parcialmente seus objetivos. Isso porque, apesar de não ter sido eficiente na implantação das ações que poderiam facilitar o desenvolvimento econômico do assentamento, o programa conseguiu realizar o sonho dos agricultores de terem uma terra própria para trabalhar e viver com os familiares.

Isso porque, uma vez assentadas, as famílias se deparam com uma realidade que demanda muito mais habilidades do que imaginavam, isso porque além das novas situações, também persistem antigos problemas. Entre os problemas temos:

O **primeiro** é que o INCRA não tem prestado assistência aos assentados de maneira eficiente. O **Entrevistado 07** lembra que *“nos outros cantos [assentamentos] tudo sai um negócio de melhoramento [créditos], mas aqui não sai”*.

Uma **segunda** consequência dessa realização parcial é que a disposição dos assentados em trabalhar coletivamente aos poucos foi se enfraquecendo, visto que passado o momento de euforia da conquista da terra e luta pela implantação das ações pelo INCRA, os assentados foram se afastando e priorizando o trabalho nos lotes individuais.

O trabalho de construção da cerca da propriedade é um exemplo do abandono do trabalho coletivo. Para o **Entrevistado 03**, o trabalho coletivo *“é um desmantelo da molesta. Uns vai e outros não vai, uns não querem. E um grupo dando, ninguém manda em ninguém!”*

A mesma condição é observada no trabalho com o grupo de mulheres, que através

do Projeto Dom Helder Câmara, está implantando uma Unidade Demonstrativa de criação de galinhas para abate. O grupo começou com 17 mulheres e agora conta somente permanecem 10 mulheres à frente do projeto.

A perda da vontade de trabalhar pelo coletivo é percebida também quando observamos a participação nas reuniões da associação. Em geral, os assentados somente vão às reuniões quando há uma pauta que desperta o interesse individual de cada um. Numa tentativa de justificar essa falta de participação, a maior parte dos entrevistados disse que não participava das reuniões porque “não têm tempo”.

O **terceiro** ponto é que o tamanho dos lotes não é suficiente para garantir uma produção equilibrada de alimentos e o manejo adequado dos animais. E ainda, na divisão não considerada a questão da alocação dos descentes dos assentados nessas áreas. O **Entrevistado 12** relata que tem 2 meninos “*que são muito trabalhador e eu gostaria de ter uma área maior para eles trabalharem mais tranquilos e viver melhor*”, mas a terra não é suficiente para todos.

O **quarto** está relacionado ao fato de que a maioria dos jovens não pensa em dar continuidade ao projeto dos pais, projeto camponês. Nesse sentido, dois fatores principais que são explicativos dessa situação: O primeiro fator está relacionado ao estilo de vida que os jovens do assentamento estavam acostumados a ter. Na maioria, eles viviam em áreas urbanas e não tinha contato com o trabalho no campo, o que se apresentou como um forte obstáculo à adaptação ao novo modo de vida no campo, pois o sonho de assumir a identidade camponesa é dos pais e não dos filhos. Para a jovem “**A**”¹³, os jovens não viram a mudança com tanto entusiasmo quanto os seus pais. Pois, eles estavam acostumados às amizades e à movimentação da cidade, o que fez com que alguns preferissem continuar a

¹³ Notas de Campo, em 29 de janeiro de 2005. a jovem “A” tem 17 anos, é filha de uma liderança do assentamento, estuda Técnica Agrícola, no campus de Bananeiras, da UFPB.

morar na casa de parentes, amigos ou sozinhos na cidade. E os que residem no assentamento não são tão dispostos ao trabalho no roçado quanto os seus pais quando eram jovens. O segundo fator é derivado de uma combinação entre o aumento do nível de escolaridade e o retardo da inserção do jovem no trabalho. Assim, ao contrário do exemplo citado acima, o **Entrevistado 07** afirma que trabalha no *“roçado desde que foi capaz de carregar a enxada e que, atualmente, os jovens têm por única ocupação o estudo”*, um estudo que não está preocupado com a realidade dessas famílias, o que acaba comprometendo a continuidade do modo de vida camponês e, em consequência, a mão-de-obra disponível nos lotes. É por isso que, entre outros motivos, o assentado **Entrevistado 17** defende que a escola deve ter *“um estudo voltado para o trabalho no campo”*.

Uma consequência é que a mão-de-obra, aos poucos, deixa de ser exclusivamente familiar, para incorporar o uso de diaristas com maior frequência. Por exemplo, o **Entrevistado 06** mora com a esposa e contrata diaristas para determinados trabalhos. Mas, acontece que ele tem três filhos homens morando em São Paulo e uma filha morando em Camalaú, que poderiam estar trabalhando na propriedade e não estão.

O lazer na comunidade é o **quinto** ponto problemático. Em geral, os jovens procuram se divertir em Camalaú e nos municípios vizinhos. Mas, os adultos não têm muitos espaços para o lazer e ainda há alguns que não fazem uma distinção entre as atividades de trabalho e o que seria um momento de lazer. Uma situação que fica explícita na fala de **Entrevistada 02**: *“O roçado é meu divertimento. O trabalho é duro, mas depois que a gente acostuma é muito bom. Quando estou no trabalho, esqueço de tudo, das preocupações.”*

Apesar de todas as adversidades, os camponeses assentados projetam seu futuro (familiar e produtivo) numa busca de adaptação e convivência com as limitações locais.

Quanto ao futuro almejado para os filhos, as respostas estão divididas. Para 50% dos chefes de famílias entrevistados, o melhor seria que os seus filhos estudassem e voltassem para o assentamento. Isso tanto por questões relacionadas à violência nas cidades, quanto por questões relacionadas à dificuldade de se conseguir um bom emprego nas cidades (que tenha uma boa renda). Já para os outros 50%, o melhor é que os filhos tenham um emprego nas cidades e “*vivam a vida deles*”, como diz o **Entrevistado 03**.

Esse panorama define uma modalidade de camponês com as duas características seguintes: ele tem a capacidade de analisar e rejeitar projetos que se confrontem com a sua lógica de vida e produtiva; nisso ele afirma a autonomia conquistada. Mas ao mesmo tempo, ele quer promover o seu desenvolvimento a partir da complementação da atividade agropecuária por uma renda externa, reconhecendo de qualquer forma os limites de sua autonomia enquanto produtor agrícola. No entanto, tem a ressalva que essa pluriatividade não entre em choque com o seu modo de vida.

Os camponeses do “Novo Mundo” apresentam as características específicas do campesinato - em relação à terra, trabalho e família. Além do mais, sua própria história de vida, marcada pelo coronelismo e pela concentração de terra, alimentou neles a vontade de autonomia e esse “encantamento” pela reforma agrária que a possibilitaria. Eles se mostram capazes de analisar e rejeitar projetos contrários a sua lógica. Mas entendem como necessária a complementação da renda agropecuária com uma renda externa, como uma estratégia para alcançar o equilíbrio entre a convivência com os limites da região e a reprodução familiar, compreensão relacionada com sua experiência anterior, visto que eles praticavam outras atividades (assalariadas) além da agricultura e estavam assim acostumados a ter entradas em dinheiro asseguradas regularmente.

Nessa perspectiva, o que esses atores esperam dos projetos de desenvolvimento é que, ao invés de se reduzirem uma visão “de mão única” do desenvolvimento e a balança comercial, tomem em conta as multiplicidades de saberes, competências e costumes da comunidade beneficiada. Isto é, que o desenvolvimento favoreça a vida socioeconômica das comunidades nas quais estão inseridos.

As famílias sonhavam com a terra e a produção no campo, mas isso numa comunhão com a capacidade de gerar alimentos, dar qualidade de vida aos filhos, se divertir e ter sua cultura e saber respeitados no processo de desenvolvimento. Os assentados não têm como principal ambição se tornarem grandes proprietários ou

enriquecer rapidamente. Assim, querer tornar viável uma proposta de desenvolvimento implicava em orientar os projetos pelas ambições dos próprios assentados – diversidade - e construí-los a partir de um diálogo, isso porque há uma maior possibilidade de viabilizá-los quando os beneficiários se identificam com os mesmos. É necessário flexibilizar o processo de intervenção, preparar os técnicos para a diversidade nos assentamentos, rever o papel dos bancos no financiamento da reforma agrária e, principalmente, entender que a autonomia dos assentados se constitui num pré-requisito para o desenvolvimento; isso tudo porque os projetos não são apenas de produção mas sim, prioritariamente, projetos de vida, a vida dos assentados e de suas famílias.

Para que essa possibilidade exista, se faz necessário que a intervenção promovida através do INCRA seja adaptada à realidade dos beneficiários e que favoreça as economias locais, a partir de uma dinâmica de valorização das culturas alimentares, e não das necessidades do mercado externo. O que não aconteceu no processo de implantação do assentamento “Novo Mundo”. Uma consequência é que a produção ainda é deficiente e pouco satisfaz as necessidades de consumo das famílias.

A reforma agrária foi apenas parcialmente implantada no “Novo Mundo”. Ou seja, o programa conseguiu realizar o sonho dos agricultores de terem uma terra própria para trabalhar e viver e ainda acarretou melhorias na qualidade de vida dos beneficiários, mas não apresentou a mesma eficiência no que diz respeito à implantação das ações que poderiam facilitar o desenvolvimento econômico do assentamento.

Um outro problema da reforma agrária está relacionado à aparente situação de liberdade da qual os assentados usufruem em relação ao INCRA. Na verdade, essa liberdade é consequência de uma ausência do órgão no assentamento e da sua incapacidade de implantar suas ações para o desenvolvimento do assentamento.

Os assentados estão procurando contornar essa situação a partir da aquisição de rendas externas provindas de benefícios sociais, principalmente aposentadoria, e de ocupações não agrícolas, que vêm afastando a mão-de-obra da produção no lote.

Esse quadro é consequência de uma desarmonia entre o projeto de desenvolvimento e a lógica dos assentados, isso porque não foram respeitados os princípios da autonomia e da diversidade enraizados na cultura desses agricultores.

Esse quadro traz a necessidade de que os projetos de intervenção venham alimentar e não frustrar esse “encanto” via implantação das políticas públicas no campo. A opção por um modelo de desenvolvimento deve ser realizada com base nas necessidades e capacidades dos beneficiários e com sua participação.

Esse panorama demonstra que o processo de intervenção deve começar pelo estudo das escolhas que os beneficiários estão dispostos a fazer, pela forma como eles querem viver, pelas perspectivas que têm da vida na terra, ou seja, pelo encanto que a reforma agrária exerceu sobre eles.

E evidente que tais encantos apresentam limites. No caso do Novo Mundo são destacados principalmente seis pontos:

- (i) A discussão das reais *competências* dos assentados: não é todo tipo de empreendimento que os assentados estão habilitados a realizar;
- (ii) O *tamanho dos lotes* se demonstra insuficiente para garantir um projeto de comercialização regular de produtos, seja de produção agrícola ou de criação de animais e insuficiente também para que os descendentes constituam sua família no lote do assentamento, o que vem forçando a migração da mão-de-obra;

- (iii) Na maioria, os *jovens* não se sentem contemplados pelo projeto de vida no campo, pois viviam na cidade e estavam acostumados a rotina urbana;
- (iv) A *educação* não está voltada para a valorização da cultura e do trabalho no campo;
- (v) A *diminuição do número de pessoas na família e a idade avançada da mão-de-obra* vêm colaborando para que cada vez mais se contrate diaristas.
- (vi) A *cooperação entre os assentados é frágil*, visto que permanece a mentalidade de que as coisas devem ter um dono, alguém deve mandar. Essa mentalidade está relacionada à vida sob os desmandos dos coronéis da região.

Apesar desses limites, os camponeses do “Novo Mundo” desejam que a família permaneça no campo e que os filhos sejam educados a partir de uma perspectiva de valorização da realidade camponesa. O que nos faz concluir que o encanto permanece e a busca pela sua realização é a ambição constante dos camponeses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, Ana Amélia & PINTO, Marly Santos. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: tendências recentes.** *In:* Como vai? População Brasileira. Ano II, n 2: Brasília/DF, set/1997. Disponível em : www.ipea.gov.br.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Abrindo o pacote tecnológico. Estado e pesquisa agropecuária no Brasil.** São Paulo: Editora Polis, CNPq, 1986.

AQUINO, J. R. de. **Agricultura familiar e políticas públicas: o caso do PRONAF no município de São Miguel – RN.** Campina Grande, 2003. 90f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional) – Departamento de Economia e Finanças, Universidade Federal de Campina Grande.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. “Nordeste, Nordestes, que Nordeste? *In:* AFFONSO, R. B. & SILVA, P. L. B (Org.). **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento.** São Paulo: FUNDAP/Ed. UNESP, 1995. pp 125-156.

ATECEL – Associação Técnica Científica Ernesto Luiz de Oliveira Jún. **Projeto de Investimento: Associação do Assentamento Novo Mundo.** Programa de Financiamento PRONAF “A”. Camalaú, 07/06/2001.

BASTOS, Flávio André Pereira. **AGROECOLOGIA: Experiências e Desafios no Agreste Paraibano.** Relatório apresentado Universidade Federal de VIÇOSA – MINAS GERAIS, Julho de 2002.

CANIELLO, Marcio. De Sertanejo a Retirante: os dilemas da identidade camponesa em *A Bagaceira.* *In:* **Modernidade e Pobreza: as Ciências Sociais dos anos 90.** Anais, Vol 01, V Encontro de Ciências Sociais do Nordeste: Instituto de Pesquisas Sociais Fundação Joaquim Nabuco, 1991.

CASTILHO, PEREIRA DA SILVA & MAGALHÃES (2001). **Manual dos assentados e assentadas da reforma agrária**. Setembro de 2001. Disponível em: http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs/_down/manuala.pdf. Acessado em: 20/05/2005.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In*: SILVA, J. G. da & STOLCKE, V. (orgs.) **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

DESER Departamento Sindical de Estudos Rurais. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local: Municipalização, Diretrizes de desenvolvimento e Propostas de políticas públicas**. Curitiba, maio de 1997.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UFT/BRA/036/BRA, Brasília, 1996.

GONÇALO, José Evaldo. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Editora Plano, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto**. INCRA/FAO. Brasília/DF, 2000.

MARIANO SOBRINHO, Antônio. **Rio Câmara: a epopéia de (mais) um século**. Academia de Cultura Princesa do Cariri. Camalaú/PB, 1996.

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. **Análise agroambiental de imóveis para uma reforma agrária sustentável**. NEAD – Núcleo de Estudos Agrários, 2003. <www.nead.gov.br>, acessado em julho de 2003.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA/INCRA/SR/18-Z/SECRETARIA EXECUTIVA DO PROJETO LUMIAR. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Novo Mundo**. Camalaú/PB, maio de 2000.

OLIVEIRA, Fernando Garcia de. **Ações do INCRA nos assentamentos**. Tese de doutorado. Impresso em 16 de outubro de 2001. [Texto em xerox].

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros (Coord.). **Mapa da fome:** subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Brasília: IPEA, 1993

PEREIRA, E. Q. & DUQUE, G. **Por que abandonar projetos de assistência e apoio à reforma agrária?** 2001 [Texto em xerox].

SABOURIN, TONNEAU & MENEZES, 2004. *New family agriculture's or new peasant agriculture's ? an analysis based on Brazilian and French examples.* In: **XI World Congress of Rural Sociology, Trondheim, Norway, July 25-30, 2004**

SCHNEIDER, Sérgio. **O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado.** In: Reforma agrária, Setembro/Dezembro-1994. pp. 106-131.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A questão agrária na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976. Pp 87-94.

TEOFILO, Edson. **A teoria econômica, a reforma agrária e o desenvolvimento.** Disponível em: <www.nead.gov.br>. Acessado em 12/03/2002.

TONNEAU, Jean Philippe. Desenvolvimento rural sustentável novo paradigma ou velhas questões. In: WANDERLEY, Maria de Nazaré B (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro.** São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – UNICAMP, 2004

TONNEAU, Jean Philippe; SAUTIER, Denis; GUIMARÃES FILHO, Clovis. **Agricultura familiar no Nordeste,** 1996 (*mimeo*)

WANDERLEY, Maria de Nazaré B. **Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção.** Campinas, 1995.

ZIMMERMAM, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde *et al.* **Assentamento Rural: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: editora UNESP, 1994. pp. 205-224.

APÊNDICE

Apêndice A

Roteiro de Entrevista

Apêndice B

Síntese das Entrevistas realizadas com as Famílias

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista

Assentamento Novo Mundo – Camalaú/PB

Data da Entrevista: ____ / ____ / ____

I. Identificação do Entrevistado

01. Nome: _____ 02. Idade: _____
03. Onde o(a) Sr(a) morava antes: _____ 04. Sexo: ()M ()F
05. Composição e ocupação dos membros da unidade familiar (Quadro 01)

Parentesco com responsável	Nome	Idade	Escolaridade	Onde mora	Ocupação principal	Dedicação à atividade agrícola (horas/dia)
5.1						
5.2						
5.3						
5.4						
5.5						
5.6						
5.7						
5.8						
5.9						

06. Desde quando o(a) Sr(a) mora no lote?

- a) Nasceu na propriedade
b) Desde a luta pela ocupação
c) Depois que casou
d) Comprou o lote de um assentado
e) Outros: _____

II. Antes da Criação do Assentamento

07. Qual era a sua relação de trabalho com o ex-proprietário?

- a) Morador
b) Meeiro
c) Diarista
d) Outros:

08. De que o(a) Sr(a) dispunha naquela época?

- a) Casa, com: _____
b) Roçado: _____
c) Criação, quais: _____
d) Outros: _____

09. O que o(a) Sr(a) era acostumada a produzir:

- a) Feijão
b) Milho
c) Fava
d) Outros: _____

10. Que animais o(a) Sr(a) possuía?

- a) Bovinos
- b) Galinhas
- c) Porcos
- d) Ovinos-caprinos
- e) Outros: _____

11. Como surgiu a idéia de lutar para ser assentado pela reforma agrária? _____

12. Quais foram os principais obstáculos? _____

13. O que mais motivou o(a) Sr(a) a lutar? _____

14. O(a) Sr(a) acha que atingiu seus objetivos com luta pela reforma agrária?

- a) Sim
- b) Não

14.1 Por que? _____

15. O(a) Sr(a) considera que a sua melhorou com a criação do assentamento?

- a) Sim
- b) Não

15.1 Em que sentido? _____

III. A intervenção do INCRA

16. O que o PDA do LUMIAR tinha proposto para o(a) SR(a) produzir? _____

17. O que o Projeto de Investimento da ATECEL propôs para o(a) Sr(a) produzir? _____

18. Qual das duas propostas o(a) Sr(a) gostou mais?

- a) LUMIAR
- b) ATECEL

18.1 Por que? _____

19. Qual a sua participação na construção no PDA feito pelo LUMIAR:

- a) Fiz muitas sugestões
- b) Fiquei só escutando
- c) Não entendi nada
- d) Não participei
- e) Outros: _____

20. Qual a sua participação na construção do Projeto de Investimento feito pela ATECEL:

- a) Fiz muitas sugestões
- b) Fiquei só escutando
- c) Não entendi nada
- d) Não participei
- e) Outros: _____

21. Pelo o que o(a) Sr(a) sabe:

- 21.1 O PDA do LUMIAR:
 - a) Foi implantado
 - b) Não foi implantado
- 21.2 O Projeto de Investimento da ATECEL:
 - a) Foi implantado
 - b) Não foi implantado

22. Como o(a) Sr(a) se sente trabalhando com o INCRA:

- a) Sujeito. Por que? _____
- b) Liberto. Por que? _____

23. Como o(a) Sr(a) se sente trabalhando com o ONG's:

- a) Sujeito. Por que? _____
- b) Liberto. Por que? _____

IV. Caracterização do Sistema Produtivo

24. Utilização das terras (Quadro 02)

Utilização	Hectares
24.1 Lavoura	
24.2 Pastagem	
24.3 Outras	
24.4 Área total	

25. Usa mão-de-obra:

- a) Somente familiar
- b) Familiar, mas contrata diarista de vez em quando
- c) Somente diaristas
- d) Trabalha em parceria com outro agricultor
 - *) Que tipo: _____ e com quem: _____
- e) Outros: _____

26. Quais as benfeitorias que o(a) Sr(a) tem?

- a) Cisterna
- b) Barreiro
- c) Poço
- d) Aprisco
- e) Fossa séptica
- f) Água encanada
- g) Energia
- h) Banheiro
- i) Cerca. Que percentual da propriedade: _____
- j) Outros: _____

V. Utilização da produção

27. Autoconsumo e comercialização de produtos (Quadro 03)

Principais Produtos	Quant. (Total)	Venda		Forma de Comercialização (a)	Autoconsumo	Alimentação de animais
		Quantidade	R\$			
Agricultura						
27.1	Feijão (saca=60kg)					
27.2	Milho (saca=60kg)					
27.3	Batata-doce (s=15kg)					
27.4	Fava					
Outras						
Hortaliças						
27.5	Coentro					
27.6	Alface					
27.7	Tomate					
27.8	Pimentão					
27.9	Abóbora					
27.10	Cebolinha					
Outras						
Frutas Quanto: TEM COLHEU						
27.11	Banana					
27.12	Mamão					
27.13	Melancia					
27.14	Acerola					
Outras						
Produtos diversos						
27.15	Queijo					
27.16	Doce					
27.17	Ovos					
27.18	Leite					
Outros						
Criação						
27.19	Bovino					
27.20	Ovino-caprino					
27.21	Porco					
27.22	Galinha					
27.23	Tração e montaria					
Outros						

(a) 01. Intermediário 02. Ceasa 03. Feira 04. Direto ao consumidor 05. Outros: _____

VI. Sobre as orientações do sistema produtivo

28. O que o(a) Sr(a) considera mais importante produzir de acordo com:

a) As possibilidades de venda no mercado.

b) As necessidades da minha família

28.1 Por que? _____

VII. Os instrumento utilizados

29. Quais os equipamentos que o(a) Sr(a) possui?

a. () Enxada

e. () Silos de estocagem

b. () Foice

g. () Usa trator, de quem: _____

c. () Bomba d'água

h. () Outros: _____

VIII. Outras fontes de renda

30. As rendas extras que a família obteve:

	Tipos de receitas	Dias/ano	Especificar	(R\$)
30.1	Trabalho como diarista			
30.2	Aposentadoria ou pensão			
30.3	Ajuda de parente			
30.4	Artesanato			
30.5	Outras			

31. Ajuda social que a família obteve:

	Tipos	No.	Especificar	(R\$)
31.1	Bolsa Escola			
31.2	Vale gás			
31.3	Bolsa família			
31.4	Seguro Safra			
31.5	Outras			

32. Como o(a) Sr(a) utiliza essa renda? _____

IX. As relações sociais

33. Quais as pessoas mais próximas do(a) Sr(a)?

a) Parentes: _____

b) Vizinhos: _____

c) Grupo religioso: _____

d) Outros: _____

34. Quais as atividades de lazer o(a) Sr(a) mais gosta? _____

34.1 O(a) Sr(a) as pratica regularmente?

a) Sim

b) Não

34.2 Caso não pratica, qual o motivo? _____

35. A respeito das reuniões da associação, o(a) Sr(a) participar de:

- a) Todas as reuniões
- b) Somente de algumas que lhe interessam
- c) Não participa de nenhuma
- d) Outras: _____

35.1 Por que? _____

36. Como o Sr(a) participa do trabalho coletivo? _____

36.1 O Sr(a) gosta do trabalho coletivo?

- a) Sim
- b) Não

36.1.1 Por que? _____

X. Equipamentos eletro-eletrônicos e Motorizados

37. Que equipamentos domésticos o(a) Sr(a) possui?

- a) Rádio
- b) TV
- c) Antena parabólica
- d) Outros

38. Que motorizados o(a) Sr(a) possui?

- a) Carro
- b) Moto
- c) Caminhonete
- d) Outros: _____

X. Os projetos para o futuro

39. O(a) senhor(a) gostaria de modificar seu sistema de produção?

- a) Diversificar mais
- b) Especializar mais
- c) Agregar valor através do processamento dos produtos
- d) Não quer modificar
- e) Outros: _____

39.1. Por que e/ou como: _____

40. Em relação ao futuro dos seus filhos, o(a) Sr(a) espera que:

- a) Estudem e tenham um emprego na cidade
- b) Assumam a propriedade
- c) Estudem e voltem para a propriedade
- d) Busquem emprego nas cidades
- e) Outros: _____

40.1 Por que o(a) Sr(a) espera isso: _____

X. Observações e comentários

APÊNDICE B

Conhecendo as famílias entrevistadas¹

Entrevistada 01

A entrevistada tem 60 anos de idade, já morava na propriedade quando José Inácio a comprou do coronel Pedro Bezerra e foi uma das lideranças da luta pela desapropriação da fazenda. Na época de José Inácio, ela trabalhava com diarista - tomando conta de um grupo de moças que espalhavam o milho - e o marido trabalhava como vaqueiro.

O casal tem 5 filhos, dos quais: 3 (2 homens e 1 mulher) moram e trabalham na propriedade, 1 filha mora na propriedade vizinha (casada) e 1 filho mora em São Paulo.

Antes da criação do assentamento, ela dispunha de uma casa com 3 quartos, sala de jantar e corredor. Produzia macaxeira, jerimum, melancia, *“de tudo eu gostava de plantar e de tudo eu possuía”* e ainda criava gado, galinha, porco, cachorro e *“moleque, nasceu tudo de uma vez”*.

Na sua visão, a vida melhorou com a criação do assentamento, pois *“da rua a gente nem se lembra”*. Porém, considera que ainda tem muito para ser alcançado.

Quanto à relação com o INCRA, acha que tem liberdade visto que *“nunca acharam um pé de dizer assim: vocês erraram nisso!”*.

A mão-de-obra utilizada é somente familiar e seus instrumentos de trabalho são: 2 enxadas, 1 foice e 1 bomba d'água; usa o trator da prefeitura.

A produção é orientada para suprir as necessidades da família, isso porque *“é melhor do que arriscar para fora, com a família a gente não perde o trabalho”*. Em 2004, produziu 5 sacas de milho. um pouco de batata-doce. 20 jerimums (vendeu os 20, a 3 rea.

¹ Aqui fazemos uma síntese apenas das entrevistas realizadas com as famílias assentadas. Por isso é que os números das entrevistas são salteados, sendo os seguintes entrevistados não citados: **Entrevistada 02** – esposa do entrevistado 17; **Entrevistado 09** – Professor Antônio Mariano Sobrinho; e, **Entrevistado 10** - .ex-gerente e irmão do ex-proprietário da fazenda.

cada, a um atravessador) e ainda coentro, alface, pimentão, abóbora e cebolinha. Tem uma criação de 12 bovinos, 7 cabras e 6 ovelhas, 2 porcos, 18 galinhas, 6 peru e 5 animais de tração e montaria. Tira 8 litros de leite por dia e 15 ovos/dia (vende 6/dia, a 1 real), dos quais vende 6 ovos.

Uma renda extra é garantida com a pensão que a filha recebe (o marido morreu trabalhando na construção do açude). Essa renda é utilizada para criar os filhos pequenos da filha.

Não pretende modificar o sistema produtivo porque *“o negócio de velho é chute e queda. Não temos mais idade para isso”*. Deseja que os filhos estudem e voltem para a propriedade, isso porque *“na cidade não tem o que dar não”*.

Entrevistado 03

O entrevistado tem 77 anos e antes de vir trabalhar de vaqueiro e na agricultura com José Inácio, morava no distrito de Rajada/Camalaú.

Tinha um roçado com milho e feijão. Como era morador, não participou da invasão mas foi contemplado com um lote pelo INCRA. Contudo, considera que a vida não melhorou com a criação do assentamento porque *“não mudou nada, foi um dismantelo dos grandes. Porque não tem diária, não tem serviço para o povo. O povo vive tudo perambulando sem serviço, sem nada”*. E ainda, *“(…) o ruim de hoje é o manda-manda. (...) é um descontrole danado, eles cortam pau [cortam madeira sem autorização], fazem o que querem. Em 7 anos nada de feito, nada tem jeito”*.

Apesar de ter 5 filhos morando em São Paulo, somente ele e a esposa trabalham na propriedade. Para trabalhar no roçado, possui: 2 enxadas, 1 foice, 1 bomba d'água e 1 cultivador.

Sente-se liberto trabalhando com os funcionários do INCRA, pois *“eles nunca abusaram a gente, deixa a gente quieto aqui. Nós trabalhamos do jeito que queremos”*.

As necessidades da família é o que orienta a produção, pois *“a gente trabalho só para o consumo, porque não temos renda [com a produção], só meu aposento*. Em 2004,

produziu ½ saca de feijão, 3 sacas de milho e tira 3 ovos por dia, tudo para o autoconsumo. Possui 2 vacas, 8 galinhas e 1 animal de tração e montaria.

A renda da aposentadoria só dá para comprar alimentos e remédios. Se não fosse a aposentadoria, *“eu estava era no mundo, porque aqui eu ia morrer de fome.”*

Não quer modificar o sistema produtivo porque considera que *“a região não progride”*. Por isso, considera que os filhos fizeram certo ao irem buscar empregos na cidade. Pois, é melhor *“porque eles podem viver as vidas deles”*.

Entrevistado 04

Tem 52 anos de idade, mora com a esposa (pensionista e aposentada) e um enteado. Os 2 salários são utilizados na feira e na compra de utensílios e roupas. O enteado faz o supletivo da 7ª e 8ª série, mas não gosta de trabalhar na agricultura. Ele ainda tem 3 filhos que moram em São Paulo.

Aos 23 anos de idade migrou para São Paulo, onde morou por 20 anos. Voltou e foi morar no Sítio Jerimum/Camalaú, no qual trabalhava como pedreiro e possuía uma casa na cidade, mas sempre teve o sonho de poder ter um *“pedacinho de terra para viver por conta própria e ter liberdade. (...) Ficava só sonhando em ter um pedacinho de terra e plantar e criar um bichinho”*.

Participou do processo de luta e crê que atingiu os objetivos *“porque ocupamos, mas ainda falta muita coisa. O maior obstáculo é que o pessoal não se une para a luta, acomodam-se. (...) Nós temos muita estrutura [açude, terra etc], mas ela sozinha não é suficiente.”*

Percebe que o INCRA deixa muito a desejar, *“porque quando o homem vem para a terra, na hora que mais precisa do apoio do INCRA, ele não vem. (...) a gente se sente liberto porque tem a terra, mas sente a falta dele nos recursos”*. Por outro lado, trabalhando com os técnicos das ONG's, considera que se *“a pessoa souber manusear direitinho, a gente tem mais é benefícios.”*

Somente ele é quem trabalha na propriedade e os seus instrumentos de trabalho são: 2 enxadas, 2 foices e 2 machados; usa trator da prefeitura.

Revela que, se tivesse espaço para criar e a forragem necessária, preferiria produzir de acordo com as possibilidades de venda no mercado. Mas, *“se é para criar para ter prejuízo, é melhor criar uma coisa para ter para o consumo, que dê menos trabalho”*. Em 2004, produziu 4 sacas de feijão e 10 de milho para o autoconsumo e ainda, 10 sacas de batata-doce das quais vendeu 5 por 100 reais. Tem 20 galinhas, que lhe garantem 10 ovos/dia para o consumo.

No futuro gostaria de diversificar a produção, para poder produzir mais e vender e assim, conseguir uma renda extra.

Entrevistada 05

A entrevistada tem 38 anos de idade, mora com a mãe e dois filhos e faz parte da diretoria da associação.

Antes da desapropriação da fazenda, morava na cidade de Camalaú e trabalhava como diarista no Sítio Salgadinho. Possuía um roçado onde cultivava feijão, milho, jerimum, melancia, macaxeira e batata. Também tinha uma criação de bovinos, galinhas, porcos, ovinos e caprinos.

Participou do processo de luta e considera que atingiu seus objetivos porque conseguiu *“a terra, a casa, mas está faltando é como desenvolver.”* A vida está melhor porque *“(…) está mais liberto para desenvolver a sua atividade, o que você acha que deve desenvolver dentro do seu lote.”*

Percebe a relação com os funcionários do INCRA como de sujeição, pois *“têm muitas coisas que dependem muito do INCRA”*. Já na relação com os técnicos das ONGs se considera *“um pouco liberto, porque é uma oportunidade que está chegando aqui agora.”*

A mão-de-obra é somente familiar e seus instrumentos de trabalho são: 3 enxadas, 2 foices, 2 silos de estocagem, pulverizador e arado.

O sistema produtivo é orientado pelas necessidades da família, isso porque *“se você tira somente para vender, muitas vezes, sua situação fica difícil”*. Em 2004, conseguiu produzir 1 saca de feijão, de 3 a 4 sacas de milho e ainda, batata-doce, melancia e acerola. Mantém uma criação de 3 bovinos, 10 ovinos e caprinos, 8 galinhas e 1 animal de tração. Tira 3 litros de leite/dia, faz queijo e doce para o autoconsumo e coleta 12 ovos/dia, que às vezes vende.

A mãe é aposentada e recebe o vale gás. A renda é utilizada *“na alimentação e nas despesas da casa. Às vezes, quando precisa fazer um serviço que eu não posso fazer, aí arrumo uma pessoa para fazer”*.

Espera poder diversificar mais a produção. Pois, *“produzir uma coisa só fica muita monotonia. Você fica muito dependente de uma coisa. Por exemplo, só plantar milho mas o milho precisa de uma ajuda, só milho não dá para viver. O que eu acho que deveria mudar era fazer uma horta de casa mesmo, porque a gente depende muito da feira, da compra.”*

Em relação ao futuro dos filhos, espera que eles estudem e voltem para a propriedade. Isso porque *“as cidades já estão muito cheias”*.

Entrevistado 06

O entrevistado tem 53 anos de idade e veio para Camalaú ser morador de José Inácio. Na época de morador, dispunha de casa e roçado com milho, feijão, jerimum e melancia, e ainda, criava galinhas e porcos.

Não participou da luta pela terra, mas como era morador, foi assentado pelo INCRA na propriedade. Entende que a vida melhorou com a criação do assentamento porque *“a gente era empregado e agora não sou mais empregado, né. A agricultura para a gente ficou melhor. (...) O ex-proprietário não me dava a chance que eu tenho hoje de criar e trabalhar. Hoje, eu vou trabalhar a hora que quero”*.

Trabalhando com os funcionários do INCRA se sente liberto, porque *“ninguém vive aperreando ninguém. Não sou cativo não”*.

Apesar de ter tido 4 filhos (3 trabalham em firmas em São Paulo e 1 filha está casada e mora em Camalaú), somente a esposa é quem ficou para trabalhar com ele no roçado. Às vezes, contrata diaristas para ajudar no trabalho. Possui 2 enxadas, 1 foice, carroça, arado, machada e usa o trator da prefeitura.

O sistema de produção é orientado para suprir as necessidades da família. Pois, *“o mercado depende de preço e para a família o que eu produzir está bem. Não compensa vender no mercado, porque quando você consegue produzir, todo mundo também consegue e aí não dá preço. Compensa assim, ter um cabrito para vender.”* Em 2004, conseguiu produzir 4 sacas de feijão, melancia e jerimum para o autoconsumo; 25 sacas de milho para a alimentação animal; Tem uma criação de 12 bovinos, 30 caprinos e ovinos, 10 galinhas e 2 animais de tração e montaria. Tira 4 ovos/dia e 12 litros/dia de leite, dos quais vende 10 litros (R\$ 0,80 cada).

Recebe uma ajuda mensal de um dos filhos (R\$ 150) e tira o Bolsa Família (R\$ 50), no valor de 50 reais. A renda é usada para fazer a feira: *“a gente compra no mercadinho feijão (a minha mulher só gosta de feijão de arranca e eu gosto mais do feijão do roçado), farinha e açúcar.”*

Futuramente, gostaria de comprar mais equipamentos, como uma bomba d'água para facilitar o trabalho e produzir mais. Quanto aos filhos, gostaria que *“se tivesse condições, que todos voltassem para cá. Condições até que tem, mas eles não querem mais não, porque aqui não tem o ganho que eles têm lá.”*

Entrevistado 07

Tem 60 anos de idade e a família é composta por 5 pessoas, além dele. A esposa é servente do Estado, 3 filhos moram na propriedade e 1 mora na Bahia.

Em 1970, veio de Senharou-PE para trabalhar de diarista na fazenda de José Inácio. Mas gostava mesmo de trabalhar por produção, porque sempre trabalhou mais rápido que os outros e a diária o deixava em desvantagem, todo tipo de serviço pesado que tinha na fazenda, o José Inácio o chamava para fazer, pois sabia que ele não falharia.

Enquanto morador, dispunha de uma casa e um pequeno roçado, no qual produzia feijão e milho. Todavia, não era permitido criar animais.

O que o motivou a participar da luta pela desapropriação foi o desejo de ter uma terra própria para trabalhar e poder *“ganhar o pão das crianças”*. Acha que a vida melhorou com a criação do assentamento, pois *“hoje, o cara está liberto, faz o que quer e cria o que quer”*. Porém, Acha que não alcançou seus objetivos com a reforma agrária, porque não saiu ainda o Projeto Investimento, pois *“nos outros cantos tudo sai um negocio de melhoramento, mas aqui não sai nada”*.

Na relação com os funcionários do INCRA se sente sujeito, visto que *“eu não posso sair daqui para trabalhar em canto nenhum. Porque se eu pudesse sair, eu estava ganhando o dinheiro para arrumar o almoço da casa”*.

A mão-de-obra é somente familiar. Os instrumento que possui são: 3 enxada, 1 foice, arado, carroça e roçadeira. Ele saiu para o trabalho ainda escuro, mas não consegue tirar o sustento da família somente do roçado e a mulher é quem garante o alimento com o salário de servente. Uma situação que parece deixá-lo bastante constrangido, pois antes de ser assentado era considerado um dos funcionários mais trabalhadores da fazenda e, por isso, só gostava de trabalhar de produção.

Entende que deve produzir de acordo com as necessidades do mercado, *“por mode o cara comprar um objeto para casa”*. Em 2004, produziu: 4 sacas de feijão para autoconsumo; 18 sacas de milho, sendo que vendeu 17 a R\$ 25 cada; e, vendeu 4 sacas de batata, por semana, a R\$ 12 cada. Os produtos foram vendidos a um atravessador. Tem 2

bovinos, 2 porcos e 1 animal de tração e carga. Tira 7 litros/dia de leite, vendendo 2 litros/dia por R\$ 0,80 cada.

No futuro gostaria de diversificar a produção, de *“plantar um bocado de tudo, porque eu acho bonito”*. Porém, quer que os filhos *“cacem o que é melhor para eles”*.

Entrevistado 08

Aos 38 anos de idade, o entrevistado mora na propriedade com a esposa (aposentada) e 2 filhas estudantes. A renda da aposentadoria é utilizada para comprar remédios.

Antes da criação do assentamento, morava na cidade de Camalaú, mas já tinha sido morador por 10 anos em propriedades da região. Na cidade, trabalhou como matador numa granja. O trabalho *“dava uma coceira nos dedos, eu não agüentava não”*.

Essa situação o motivou a aceitar participar da luta pela terra. O acesso à terra lhe garantiu uma melhor condição de vida, mas *“a coisa é devagar, os recursos são meio devagar”*. Mesmo assim, se sente liberto trabalhando com os funcionários do INCRA, pois *“está trabalhando e eles não vêm perturbar as pessoas”*.

O trabalho é familiar, mas contrata diaristas de vez em quando. Tem 3 enxadas, 1 foice, 1 silo de estocagem, carroça e arado. Em 2004, produziu 10 sacas de milho e 100kg de batata-doce para o autoconsumo.. A criação é composta por 5 vacas e 2 bois, 8 galinhas (coleta 6 ovos/dia), 1 animal de montaria e tração, e 40 ovelhas², vende 2 ovelhas por mês (R\$50 cada) e tira para ele 19 litros/dia de leite, vendendo 16 (5lts a R\$ 0,80 e 11lts a R\$ 0,50 cada).

Não quer modificar o sistema produtivo, visto que *“não compensa, pois não tem como vender o produto, o que eu poderia fazer era comprar mais cabras de leite, para vender mais. Eu gosto mais de criar”*.

² Ele cuida de um rebanho de 80 ovelhas no regime de meia. Assim, tanto do rebanho quanto da produção ele fica somente com a metade do lucro. No cálculo que apresentamos já foi considerada essa divisão.

Entrevistado 11

Com 45 anos de idade, o entrevistado mora no lote com a esposa, 1 filha [11 anos, 5ª série] e 1 filho [12 anos, 6ª série] que ajuda na agricultura.

Já tinha trabalhado como vaqueiro para José Inácio. Mas, na época da luta, estava no Sítio Cangalha, onde trabalhava no roçado do pai. Tinha casa, um roçado com milho e feijão e criava ovelha, galinha e porco.

Considera-se liberto na relação com o INCRA, visto que *“o cara pode trabalhar o tanto que quiser; o que quiser fazer dentro da área dele, ele faz”*.

A mão-de-obra é familiar e seus instrumentos de trabalho são: 3 enxadas, 2 foices e machado. Em 2004³, a produção de feijão e milho foi coberta pelas águas do açude e ainda colheu pouca batata-doce. Por isso, teve que vender 5, das 17 ovelhas que tinha, por R\$ 35 cada. Além disso, tem 10 galinhas e 1 animal de tração.

Orienta a sua produção de acordo com as necessidades de consumo da família; só vende o que sobra da produção. Pois, *“o cara não pode deixar de comer para colocar para vender”*.

Apesar das adversidades, não quer modificar o sistema produtivo. Ele é o único dos entrevistados que não possui uma renda extra e expressa que se contasse com um *“dinheiro, plantava de tudo na minha propriedade, ajeitava melhor”*. Gostaria que os filhos estudassem e conseguissem um emprego na cidade.

³ No assentamento, as fortes chuvas que se sucederam desde o início do ano de 2004 prejudicaram a produção agrícola, principalmente as culturas de vazantes como o feijão, milho, batata-doce e outras

Entrevistado 12

Aos 65 anos de idade, o entrevistado tem uma família composta por: esposa, uma neta e 7 filhos, dos quais 2 moram em São Paulo e 1 na cidade de Camalaú.

Era morador num sítio próximo de Camalaú e dispunha de casa e de roçado com feijão, milho, algodão e palma, no regime de meia; e criava bovino, galinha, porco, ovelha e cabra.

Participou da luta pela desapropriação porque *“me peguei a pensar assim: mas é danado, eu nunca possuí um canto meu para morar e quem sabe se isso aí não vai dar certo”*. Hoje, acha que a vida melhorou porque conseguiu ter uma terra própria e uma casa para morar. Mas, não alcançou todos os objetivos da luta porque ainda não pode *“dominar a sua propriedade”*, porque ela ainda não está cercada.

Gostaria que o INCRA tivesse uma atuação mais constante no assentamento. Pois, a ~~atuação que todos tem~~ acaba prejudicando a vida e o trabalho daqueles que querem ser sérios.

A mão-de-obra é formada por 4 pessoas da família e dispõe de 4 enxadas e 1 foice para trabalhar; e, às vezes, usa o trator da prefeitura.

As necessidades alimentares da família orientam a produção. Mas, em 2004, vendeu as 4 sacas de feijão produzidas e 7 das 10 sacas de milho, as outras 3 foram usadas para alimentação animal. E ainda, teve uma pequena produção de coentro e cebolinha. Tem 4 bovinos e vendeu 5 galinhas das 20 que tinha, a 8 reais cada. Tem uma produção de 10 litros/dia de leite e coleta 10 ovos/dia. Tem pés de banana, mamão, acerola e maracujá, mas ainda não colheu.

A família conta com 2 aposentadorias (R\$ 480), recebe vale gás (R\$ 15 a cada 2 meses) e Bolsa Família (R\$ 50). Essa renda é utilizada para a alimentação, *“nunca sobra, é muita gente para comer”*.

Gostaria que a sua área fosse maior, porque tem 2 meninos *“que são muito trabalhador e eu gostaria de ter uma área maior para eles trabalharem mais tranquilos e viver melhor”*.

Entrevistado 13

O entrevistado tem 57 anos, mora com a esposa e um neto, tem 3 filhos: 2 moram em João Pessoa e 1 filha mora em Santa Cruz.

Antes da criação do assentamento, morava numa casa na cidade de Camalaú e veio para a propriedade na época da luta pela terra. Trabalhava como diarista, no campo, e como carpinteiro. E trabalhava de meia num roçado próximo a Camalaú, onde cultivava milho feijão melancia e algodão e criava cabras.

Para ele, os objetivos não foram alcançados com a luta pela reforma agrária. Uma vez que, tanto o INCRA quanto a CPT não acompanharam os assentados após a criação do assentamento. Pois, *“(...) no começo tudo no mundo eles [CPT e INCRA] inventavam que iam fazer pelas pessoas. Depois que você toma conta, você fica aí ao Deus dará, sem fazer nada, porque não tem apoio do governo, nem da CPT, nem do INCRA. Conheço gente aqui que tem vontade de trabalhar, mas não tem como trabalhar.”*

Assim, a vida piorou com a criação do assentamento. Porque *“antes eu tinha minha casa na rua, não dependia de ninguém lá. Hoje, bem dizer, eu vivo de favor aqui. Porque isso aqui não é meu”*. Pois ainda não começaram pagar pelas terras desapropriadas.

O entrevistado está afastado por acidente de trabalho e a mulher é quem trabalha sozinha no roçado. Por isso, acaba contratando diaristas de vez em quando. Possui 2 enxadas, 2 foices, 1 silo de estocagem, machado, alavanca e usa trator da prefeitura.

O sistema produtivo é orientado pelas necessidades de reprodução da família. Isso porque *“não tem como vender fora não. A cidade não oferece vantagem não”*. Em 2004, produziu 50 sacas de milho que estão sendo utilizadas para a alimentação animal. Tem 1 bovino e 10 galinhas.

O entrevistado recebe do INSS⁴ um auxílio acidente no valor de 240 reais, que é utilizado para comprar alimentos.

A vontade é de diversificar mais a produção, o sonho era ter um motor (diesel) para fazer a irrigação.

⁴ INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

Entrevistada 14

A entrevistada tem 48 anos de idade, é viúva e mora com 4 filhos (de 18, 17, 16 e 16 anos) que estudam, apenas o de 18 anos ajuda na agricultura, pela manhã.

Chegou a trabalhar para José Inácio como diarista, no período em que a fazenda tinha muita algaroba. Morava na cidade de Camalaú e veio para a propriedade na época da luta pela desapropriação.

Apesar de achar que a vida melhorou com a criação do assentamento - *“eu crio um porco, uma galinha, na rua eu não criava. As condições de alimentação melhoraram muito. A gente sempre tem um milho, um feijão, uma batata. Mas a gente não só depende disso, depende de outras coisas também”* –, considera que não alcançou seus objetivos porque *“eu não consigo viver só da roça, não consigo me sustentar”*.

Entende que a sua relação com os funcionários do INCRA é de sujeição, pois ele *“promete as coisas e não cumprem. Não dou muita fé não.”*

A mão-de-obra é familiar, mas contrata diaristas de vez em quando. Possui 4 enxadas e 2 foices. Ela trabalha também como diarista (domestica) em casas de família em Camalaú, ganha R\$ 70 por mês. A maior parte do dinheiro é utilizado para comprar alimentos, mas também, às vezes, paga a um diarista para fazer os trabalhos que ela não consegue fazer na propriedade.

A produção é voltada para as necessidades de alimentação da família. Pois, *“não vale a pena vender, porque a gente trabalha demais e quando vai vender o povo não quer pagar pelo preço que a gente acha justo. Eu prefiro trabalhar menos e ter o que me sustentar, a vender os produtos a preços baixos”*.

Em 2004, produziu 2 sacas de feijão, 8 de milho, um pouco de batata-doce, coentro, alface, jerimum, abóbora, cebolinha, pinha, goiaba e melancia. Tem 1 bovino, 1 porco e 4 galinhas, que lhes dão 4 ovos/dia.

Gostaria de ter uma “vaquinha”, que desse um bom leite, para que eu pudesse produzir queijo e doce para sair vendendo. Quanto aos filhos, espera que eles estudem e voltem para a propriedade, apenas para morar. Pois *“a agricultura no Cariri é ruim demais. Por isso, espero que eles consigam ter um dinheirinho fora e morem na propriedade”*.

Entrevistado 15

Tem 55 anos de idade, mora na propriedade com a esposa e 1 filho, que ajudam na agricultura. Ainda tem outros 2 filhos que moram fora.

Era morador e trabalhava como vigia (à noite) da propriedade de José Inácio; e de dia, trabalhava na agricultura noutra propriedade (meeiro). Cultivava milho, feijão, jerimum e melancia, e criava 14 bodes.

Participou da luta pela desapropriação, mas considera que não conseguiu alcançar todos os seus objetivos com a reforma agrária. Pois, o INCRA *“não liga, quanto tempo faz que eles vieram aqui?”*. O que melhorou é que *“se chover agora e amanhecer o dia, eu sei onde é que eu vou trabalhar”*.

A mão-de-obra é somente familiar, mas, às vezes, troca dia de serviço com *“Valdo da Manga. Só troco com ele, porque ele não falha”*. Os instrumentos que possui são 3 enxadas, 3 foices, cultivador e pulverizador para matar formigas e lagartas.

Procura orientar o sistema produtivo fazendo um balanço entre as necessidades da de autoconsumo e as possibilidades do mercado. Uma vez que, *“na agricultura, a gente não colhe o açúcar, não colhe café, nem sabão”*.

Em 2004, conseguiu produzir 3 sacas de feijão, 20 de milho, melancia e 1 saca de batata-doce por semana, a qual vendia a 15 reais cada. Conta com uma criação de 8 bovinos, 10 ovinos e caprinos, 20 galinhas e 1 animal de tração e montaria. Tira 8 litros/dia de leite, vende 7 por R\$ 0,80 cada, faz doce e ainda tira alguns ovos.

A única renda extra que tem é uma ajuda social do programa Fome Zero, no valor de R\$ 50, que *“já fica [no comercio] da cidade mesmo”*.

O que gostaria de ter era um *“investimento para produzir mais o que eu já produzo, (...) um apoio para comprar um motor (diesel) e silos”*. Quanto aos filhos, quer que eles estudem e voltem para a propriedade, visto que *“(...) eles nunca passaram fome, vão sair daqui para ser empregado e ganhar um salário”*.

Entrevistada 16

Tem 56 anos de idade, mora com 2 filhas de 15 anos (estudam) e 4 rapazes que ajudam na agricultura [*os vizinhos disseram que eles não fazem nada na propriedade e que chegam a querer bater nela quando ela reclama*]. Tem ainda, 2 filhas que moram em Camalaú e 1 filho que anda pelo mundo.

Antes da desapropriação da propriedade, trabalhava de meeira na terra de um compadre, no Sítio do Meio/Camalaú, onde dispunha de uma casa, roçado com milho, feijão, jerimum e melancia. E, tinha uma criação de 10 bovinos e algumas cabras. Ela manteve esses animais até quando teve que pagar o empréstimo ao banco do Custeio Agrícola.

Alcançou seu objetivo com a luta pela terra porque foi assentada, tem uma terra própria para trabalhar. Mas, acha que a sua relação é de sujeição ao INCRA.

A mão-de-obra é somente familiar. Os instrumentos de trabalho que possui são: 4 enxadas, 3 foices, 1 bomba d'água e 1 silo de estocagem; usa o trator da prefeitura.

Orienta a produção para suprir as necessidades alimentares da família. Em 2004, produziu 2 sacas de milho e um pouco de algodão, mas não conseguiu lucrar com o feijão; tem 2 pés de acerola e uma criação de 1 bovino, 3 ovinos e caprinos, 5 galinhas e 2 animais de tração e montaria.

Ela nos contou que não recebeu uma área de vazante como os demais assentados e, por isso, não conseguiu produzir mais. Recentemente, um vizinho tinha cedido uma parte da sua área de vazante para que ela pudesse cultivar, mas depois que ela capinou e ajeitou o terreno, a mulher do vizinho (que tinha cedido à área) veio e tomou o terreno para ela e volta.

Ela é aposentada, 2 filhos trabalham como diaristas, recebe 3 Bolsa Escola (R\$ 45), e o vale gás (15 reais a cada 2 meses). A renda do "*vale gás ajuda a pagar a energia; o dinheiro que os filhos recebem é deles; a aposentadoria eu gasto fazendo feira, pago energia, associação, se falta água na cisterna (...) e agora pagar o sindicato*".

Gostaria de diversificar mais a produção. Para tanto, "*era preciso que tudinho [filhos] me ajudassem, (...) mas eles querem estudar e o que eles quiserem fazer eu apoio*".

Entrevistado 17

Com 41 anos de idade, o entrevistado mora com a esposa, que trabalha no roçado, e 2 filhos que estudam; ele tem mais uma filha que faz o curso de técnico agrícola, em Bananeira.

Ele trabalhou quase 6 anos com José Inácio e saiu para trabalhar numa carpintaria, na cidade de Camalaú. Nessa época, tinha uma casa, plantava milho e feijão, e criava boi e bode, no terreno do sogro.

Já foi presidente da associação e continua sendo uma das lideranças do assentamento. Acha que só vai alcançar seus objetivos quando *“cercar a minha propriedade, para eu criar da maneira que eu quero. Porque criar no coletivo não tá dando certo não”*. Apesar disso, considera que a vida melhorou porque *“tenho uma área para criar e trabalhar”* e *“amanhece e anoitece e eu vou trabalhar no que é meu”*.

A relação com os técnicos do INCRA e das ONG's é percebida com liberdade, sendo que acha que os técnicos das ONG's respeitam mais os seus interesses.

A mão-de-obra é familiar, mas contrata diarista quando quer fazer um serviço mais rápido. Possui 2 enxadas, 2 foices, cultivador, machado, alavanca, fôrrageira e pulverizador, que utiliza para dar banho nos bois e para pulverizar a lavoura com mijo de vaca.

As necessidades de autoconsumo da família orientam a produção. Assim, *“a venda vem depois, quando a família está de barriga cheia”*. Em 2004, cultivou para o autoconsumo feijão, milho e batata-doce. Tem 3 pés de banana e 1 de acerola. O rebanho é formado por 2 bovinos, 12 ovinos e caprinos e 4 galinhas, que lhe dão 4 ovos/dia.

A renda extra é formada por um salário de Mobilizador Social (R\$ 500), 1 Bolsa Escola (R\$ 15) e a ajuda do sogro. A renda é utilizada na feira e na compra de criação. Comprou recentemente uma fôrrageira com o dinheiro de Mobilizador Social.

No futuro, gostaria de diversificar mais a criação. Uma vez que, *“quando atingir um certo padrão de pastagem, eu quero criar de uma forma a ter lucro garantido”*. Quanto aos filhos, gostaria que eles tivessem um estudo voltado para o trabalho no campo.